

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-graduação em
Engenharia de Produção**

**PREPARAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL
PARA O TRABALHO**

Dissertação de Mestrado

Jordane Schruber

Florianópolis
2002

**PREPARAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL
PARA O TRABALHO**

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-graduação em
Engenharia de Produção**

**PREPARAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL
PARA O TRABALHO**

Jordane Schruber

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em
Engenharia de Produção

Florianópolis
2002

Jordane Schruber

PREPARAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL PARA O TRABALHO

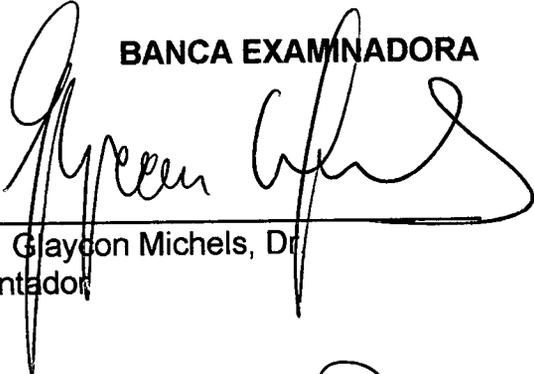
Esta dissertação foi julgada e aprovada para a
obtenção do título de **Mestre em Engenharia de
Produção** no Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 24 de maio de 2002.



Prof. Ricardo Miranda Barcia, PHD.
Coordenador do Curso

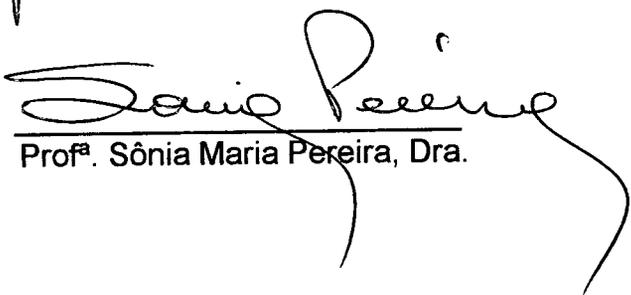
BANCA EXAMINADORA



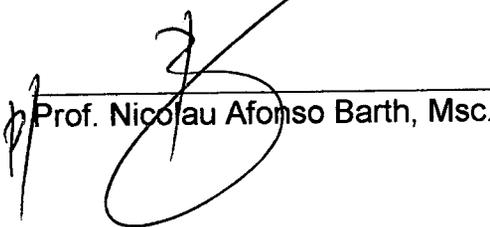
Prof. Glaydon Michels, Dr.
Orientador



Profª. Édis Maíra Lapolli, Dra.



Profª. Sônia Maria Pereira, Dra.



Prof. Nicolau Afonso Barth, Msc.

Ao meu filho Gabriel, que é por quem me esforço para
crescer cada vez mais.

Agradecimentos

A Deus, pela serenidade que me proporcionou nos momentos de angústia;

Ao Prof. Dr. Glaycon Michels, pelo otimismo, dedicação e preciosa orientação necessários ao sucesso dessa dissertação;

À minha família, pela compreensão dos momentos ausentes e pela força e respeito dedicados;

Aos profissionais e alunos da Escola de Educação Especial Menino Jesus, pela colaboração na coleta de dados para a realização desse estudo.

*Não oculte.
Não disfarce.
Enfrente, seja realista.
Lute, conquiste.
Ganhe espaço, confiança.
E nas dificuldades não fuja.
Procure meios, soluções.
Caminhos aparecerão.
Trilhas serão conquistadas.
E delas estradas nascerão.
E se tudo desmoronar...
Sua estrada se partir...
Ligue os pontos.
Una as partes.
Não pare!
Continue...!
Túneis.
Viadutos.
Pode-se tudo.
Desde que se queira e batalhe para isso.
A vida é um labirinto onde não é preciso sempre voltar atrás,
E sim romper as barreiras, utilizando outros meios para vencê-las.
Viver é lutar e jamais deixar de acreditar, de amar e de sonhar...!!
Marcelo Borges Zambaldi*

SUMÁRIO

Lista de Reduções.....	viii
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Considerações Iniciais.....	1
1.2 Definição do Problema.....	4
1.3 Objetivos.....	5
1.3.1 Objetivo Geral.....	5
1.3.2 Objetivos Específicos.....	5
1.4 Justificativa e Relevância do Estudo.....	5
1.5 Delimitação do Estudo.....	8
1.6 Limitações do Trabalho.....	9
1.7 Estrutura da Dissertação.....	9
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1 Deficiência Mental.....	11
2.1.1 Histórico da Deficiência Mental.....	11
2.1.2 Definições da Deficiência Mental.....	14
2.1.3 Etiologia.....	16
2.1.4 Classificação.....	17
2.2 O Trabalho e sua Importância como Ocupação Humana.....	20
2.3 Deficiência Mental e o Mercado de Trabalho.....	26
2.4 Aspecto Social de Aceitação do Deficiente Mental.....	32
2.5 Preparação do Portador de Deficiência Mental para o Trabalho.....	36
2.5.1 Processo por Etapas para Desenvolver um Programa de Colocação no Trabalho.....	44
2.6 Deficiência Mental e Terapia Ocupacional.....	44
2.7 Terapia Ocupacional em Oficinas de Capacitação.....	48
2.8 Legislação para o Portador de Necessidade Especial.....	52
3 ESTUDO DE CASO: APRESENTAÇÃO DE OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CURITIBA-PR.....	58
3.1 Histórico da Escola de Educação Especial Menino Jesus.....	59
3.2 Composição da Equipe Multiprofissional.....	61
3.3 Clientela Atendida.....	61
3.4 Programas de Atendimentos – Oficinas.....	62
3.4.1 Programa Centro de Vivência Integrada – CVI.....	62
3.4.2 Oficina Terapêutica de Horta e Jardinagem.....	63
3.4.3 Oficina de Cartonagem.....	66
3.4.4 Oficina de Artesanato em Tecido e Lã.....	68
3.4.5 Oficina de Reciclagem de Papel.....	69
3.4.6 Oficina de Marcenaria.....	71
3.4.7 Oficina de Tear e Culinária Básica.....	73
3.4.8 Programa de Educação Profissional.....	75
3.5 O Caso Observado na Escola de Educação Especial Menino Jesus.....	93
4 DISCUSSÃO.....	97

5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	102
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

LISTA DE REDUÇÕES

DM	- Deficiência Mental
QI	- Quociente de Inteligência
SNC	- Sistema Nervoso Central
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
CORDE	- Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
AVD	- Atividade de Vida Diária
AVP	- Atividade de Vida Prática
CVI	- Centro de Vivência Integrada

RESUMO

SCHRUBER, Jordane. **Preparação do portador de deficiência mental para o trabalho**. Florianópolis, 2002. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

A abertura do mercado de trabalho para pessoas portadoras de necessidades especiais, através de legislação específica, reflete a importância de se preparar tais indivíduos para assumir uma função, reconhecendo seu direito de acesso ao trabalho como meio de se tornarem seres independentes, úteis e capazes. Esse estudo objetiva refletir e verificar a adequação do programa de capacitação do portador de deficiência mental para o trabalho. É baseado no acompanhamento e análise de um programa desenvolvido na Escola de Educação Especial Menino Jesus, em Curitiba. O programa oferece condições para que esse indivíduo vivencie as mais variadas atividades práticas, adquira hábitos e atitudes de trabalho. Além disso, desenvolve condições para que seja inserido no mercado de trabalho competitivo. Conclui-se que apesar de ainda existir a barreira do preconceito e da falta de conhecimento a respeito das potencialidades do portador de deficiência mental, é possível comprovar a eficiência dos programas de capacitação. Tal programa forma um indivíduo cada vez mais capaz e produtivo, reforçando a luta pela inclusão destes indivíduos em todos os sentidos.

Palavras-chave: Portador de deficiência mental, Programa de capacitação, mercado de trabalho.

ABSTRACT

SCHRUBER, Jordane. **Preparação do portador de deficiência mental para o trabalho**. Florianópolis, 2002. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

The opening up of the work market to people with special needs, through specific legislation, demonstrates the importance of preparing such individuals to assume working roles, recognising their right to work as a way of becoming independent, useful and capable. The objective of this study was to reflect upon and verify the adequacy of the capacity building program for mentally disabled people as preparation for working. It is based on a study and analysis of a program developed by Escola de Educação Especial Menino Jesus, in Curitiba. The program provides opportunities for individuals to experience a variety of practical activities, while achieving work habits and attitudes. Furthermore, it prepares them for the competitive work market. It concludes that despite the continued existence of prejudice and lack of knowledge about the potential of mentally disabled people, it has been possible to prove the effectiveness of these capacity building programmes. Such programmes make participants increasingly capable and productive, reinforcing the struggle for the inclusion of these individuals in every sense.

Key words: mentally disabled, capacity building programme, market of work.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

Muito se ouve dizer que os portadores de necessidades especiais têm os mesmos direitos dos cidadãos sem deficiência, desde a infância até a velhice, durante todo o ciclo da vida, adaptadas porém às suas características individuais.

Ainda nos dias de hoje, a discriminação e o preconceito são os fatores que mais contribuem para a não absorção dos trabalhadores deficientes. Diante do universo de portadores de alguma deficiência, a maioria carece de oportunidade até de reabilitação e habilitação, e muito mais ainda de encaminhamento para o mercado de trabalho. É necessário que se torne realidade a implantação e implementação de ações que tenham por objetivo a igualdade de oportunidades a estes portadores de deficiências, permitindo-lhe a melhoria da qualidade de vida, alcançando os mínimos sociais por meio da realização profissional e independência econômica.

Existem leis que amparam os direitos fundamentais em cada uma das etapas da vida da pessoa e que precisam, na verdade, ser cumpridas. A integração do cidadão portador de necessidades especiais no contexto em que vive, a sua independência, a participação plena, a felicidade - tudo isto é consequência da realização dos direitos fundamentais.

O maior sinal de realização do cidadão no contexto em que vive é o da sua participação pelo trabalho. Existe um desafio para a sociedade em geral

que é preparar o cidadão com deficiência para a participação no mundo do trabalho, sensibilizar e conscientizar a sociedade e os órgãos públicos sobre a capacidade e os direitos do cidadão portador de necessidades especiais de exercer seu direito ao trabalho de forma independente, através de uma modalidade de trabalho supervisionado.

Para tanto é necessário que se conheça a fundo quem é o indivíduo portador de necessidades especiais, que se mostre à sociedade que ele é um ser que pode ser produtivo, claro que dentro de suas limitações, com acompanhamento e avaliações constantes de sua produtividade.

No conceito de Ergonomia, Couto (*apud* Pires, 1999, p.27) relata que “ergonomia é um conjunto de ciências e tecnologias que procura a adaptação confortável e produtiva entre o ser humano e seu trabalho, basicamente procurando adaptar as condições de trabalho às características do ser humano”. Refletindo neste conceito, é perfeitamente aceitável que as condições de trabalho sejam adaptadas às habilidades que o portador de necessidades especiais, neste caso o deficiente mental, têm em relação à função que poderá desempenhar. Este indivíduo, com limitações é claro, deverá ser preparado para o mercado de trabalho, e este local de trabalho necessita ser adaptado às condições deste indivíduo especial, sem diminuir sua produtividade e competitividade. A busca pela melhoria dos serviços ofertados, atendendo às exigências e desafios da sociedade sempre em evolução, deve ser uma constante preocupação.

Infelizmente ainda o pensamento dos empresários, ao oportunizarem um trabalho para pessoas com deficiência, é de que se está fazendo caridade. Não

se pode continuar a compactuar com tal pensamento quando o assunto é tratado no Terceiro Milênio e início de novo século.

O mercado de trabalho começa a se abrir para as pessoas portadoras de necessidades especiais em diversos setores. Mas para que isto continue a acontecer é necessário que este indivíduo seja preparado para o mercado de trabalho, que já é tão competitivo para toda a humanidade, e que torna-se muito mais para os deficientes. Muitos são os profissionais envolvidos com o deficiente desde o acompanhamento clínico, pedagógico até a reabilitação. É na reabilitação que se encontra o papel fundamental para a preparação do deficiente mental para o mercado de trabalho, para a convivência e aceitação social, independência pessoal e profissional.

A Terapia Ocupacional atuará na preparação e acompanhamento do deficiente mental para o trabalho. A eficiência da preparação vocacional consiste no bom conhecimento das potencialidades e capacidades positivas do deficiente mental.

Este estudo tem como princípio o respeito à dimensão ética do ser humano, independentemente de suas limitações, o respeito às necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência, reconhecendo seu direito ao acesso ao trabalho, como meio de se tornar um ser independente, útil e capaz. Acima de tudo, está a qualidade de vida que este indivíduo terá através do desenvolvimento de suas potencialidades para o trabalho e conseqüente inserção no mercado de trabalho competitivo.

1.2 Definição do Problema

É fundamental para que alguém se profissionalize e que esteja à altura do mundo profissional de hoje, que tenha uma boa preparação para este mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

O trabalho deixa de ser um fim em si para tornar-se um aspecto entre os outros de formação geral do educando (Speyer, 1983). Não é, porém, qualquer escolha ocupacional que será capaz de garantir esses aspectos, mas uma escolha e oportunidade que ofereça ao indivíduo satisfação pessoal e oportunidade de desenvolver tarefas que estejam de acordo com seus interesses, aptidões e possibilidades.

A preparação para o trabalho abre portas para os portadores de necessidades especiais, e no caso, aos deficientes mentais, pois poucos indivíduos podem ser considerados incapazes completamente. Existe uma enormidade de capacidades, habilidades e potencialidades nos deficientes mentais. Concomitante a isto torna-se primordial a preparação dos profissionais envolvidos, a orientação dos pais sobre as possibilidades e potencialidades dos filhos em relação à sua vida profissional e independência, e a garantia da implantação de uma política efetiva de promoção profissional desses indivíduos especiais.

Este estudo, além de fazer considerações acerca do deficiente mental e a profissionalização, pretende focar a seguinte questão: como é realizada a preparação do portador de deficiência mental para ser inserido num contexto de trabalho competitivo?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Refletir e verificar acerca das condições de preparação do portador de deficiência mental para o mercado de trabalho competitivo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Pesquisar bibliografias que permitam dar subsídios teóricos para a argumentação levantada sobre o tema proposto.
- b) Caracterizar o indivíduo portador de necessidades especiais, especificamente o deficiente mental leve.
- c) Refletir a respeito da importância do trabalho como ocupação humana.
- d) Eleger fatores primordiais na preparação do deficiente mental para o trabalho.
- e) Analisar um programa de preparação do portador de deficiência mental para a inserção no mercado de trabalho.

1.4 Justificativa e Relevância do Estudo

Hoje, a necessidade de conseguir um lugar no mundo do trabalho competitivo é sentido através das próprias pessoas portadoras de deficiência, levando-se em conta que a aceitação social torna-se facilitada. Mas para que

isto ocorra, tem que se pensar que o mercado de trabalho é um tanto exigente e que para se conseguir a vaga e muito mais ainda, manter-se nela é necessário que haja uma excelente preparação para a função a ser desempenhada e qualificação para a mesma.

Há tempos atrás, percebia-se que os portadores de deficiência mental eram estimulados, nas escolas especiais em seus diversos aspectos (motor, cognitivo, atividades da vida diária dentre outros), mas que quando os mesmos atingiam certa idade, não se pensava em profissionalizá-los; toda estimulação recebida acabava por não servir para nada. Hoje, cada vez mais se percebe que o pensamento está voltado para que este indivíduo seja preparado para ser produtivo, assuma um lugar na sociedade e no mercado de trabalho. Para que isto ocorresse, as escolas precisaram se atualizar e fazer mudanças em seus programas, incluindo a profissionalização (Spackman, 2002).

Batista et al (1997), diz que todos sabemos que o trabalho muito contribui para a auto-estima, confiança e para determinar o status do ser humano. Seu papel é de fundamental importância para o indivíduo, pois proporciona aprendizagem, crescimento, transformação de conceitos e atitudes, aprimoramento e remuneração. Assim sendo, devemos considerar seu treinamento, suas qualidades pessoais e sua vontade de trabalhar.

Investigar o trabalho enquanto fenômeno que se relaciona com o bem-estar psíquico, pressupõe a compreensão da amplitude do contexto em que o trabalho, enquanto categoria histórica está inserido (Masi, 2000). O mesmo autor coloca que não se trata apenas da natureza ou tipo de atividade, de condições ambientais, de arcaicas esteiras ou tecnologias avançadas e sim da

reprodução e manutenção de um modo de vida, que exigem mecanismos cada vez mais refinados para que o trabalhador acompanhe as constantes mudanças na sua vida diária.

O portador de necessidades especiais também se sente bastante mal em estar desempregado sendo que para ele, as condições são mais difíceis, pois todos sabemos que a competitividade é esmagadora. O portador de necessidades especiais precisa estar qualificado e ainda lutar contra o estigma da sociedade.

Até o final da década de 60, a maioria dos deficientes mentais era mantida em instituições onde permaneciam “depositadas”, ou trancadas em casa, por se achar que tais indivíduos não poderiam cuidar de si mesmos e precisavam de proteção. Muitos ainda tinham vergonha e preferiam escondê-los. Desde então, grandes passos foram dados para modificar tal posição e levar estes indivíduos ao convívio da sociedade. Com tal mudança observou-se que a convivência com indivíduos em condições de vida normais levava os portadores de deficiência mental a desenvolverem padrões de comportamento mais normais. A partir daí também se desenvolveu a questão de programas comunitários que envolveram a preparação do portador de deficiência mental para situações de trabalho supervisionado ou no mercado de trabalho competitivo, alcançando ótimos resultados (Holmes, 1997).

Este estudo tem sua relevância ao se deparar com o início da abertura do mercado para pessoas portadoras de necessidades especiais e em contrapartida com a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada para preencher tais vagas. É necessário que haja uma consciência de que tais indivíduos

precisam ser qualificados para o mercado de trabalho e que sempre existe um tipo de trabalho que esta pessoa poderá realizar com competência e que lhe possibilite uma realização profissional. As instituições de reabilitação, que são de onde os portadores de deficiência são oriundos precisam estar cientes da necessidade de propiciar diversas vivências para que o indivíduo possa desenvolver suas habilidades, potencialidades e interesses, para optar por um tipo de trabalho. As oficinas de capacitação devem estar atentas às exigências e prioridades do mercado de trabalho, já que este é um ponto que está em constante modificação e transformação.

Outro ponto relevante é que muitos portadores de necessidades especiais e também a própria sociedade desconhecem os direitos legais constituídos.

A partir de tais idéias sentiu-se a necessidade de um estudo mais aprofundado da preparação do portador de necessidades especiais, especificamente o deficiente mental para o mercado de trabalho, sendo que aqui a participação do Terapeuta Ocupacional é de extrema importância.

1.5 Delimitação do Estudo

O presente estudo fará referência ao deficiente mental leve, priorizando sua preparação através de oficinas de capacitação profissional, para inserção no mercado de trabalho competitivo.

1.6 Limitações do Trabalho

Este trabalho limitou-se a realizar o estudo de caso em uma escola especial, dando-se ênfase a preparação dos portadores de deficiência mental para o mercado de trabalho.

1.7 Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta as considerações iniciais, definição do problema a ser estudado, os objetivos, a justificativa e relevância do estudo, a delimitação e limitações do trabalho e por fim, uma breve estrutura da dissertação.

O segundo capítulo refere-se a revisão bibliográfica a qual apresentará temas como: abordagens a respeito da deficiência mental; importância do trabalho como ocupação humana; deficiência mental e mercado de trabalho; aspecto social de aceitação do deficiente mental; preparação do deficiente mental para o trabalho; deficiência mental e Terapia Ocupacional; Terapia Ocupacional em oficinas de capacitação; legislação acerca dos portadores de necessidades especiais.

O terceiro capítulo mostrará um estudo de caso referente à preparação de portadores de deficiência mental para o trabalho em uma escola especial.

No quarto capítulo será apresentada a discussão relativa ao estudo de caso.

Finalizando, no quinto capítulo seguem as conclusões e recomendações

para futuros estudios.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Deficiência Mental

2.1.1 Histórico da Deficiência Mental

Os cuidados, o acompanhamento médico e a estimulação precoce social e pedagógica são conquistas recentes na história da Deficiência Mental. Para Gruner (1930-1984), nos textos de Medicina antiga pouco ou nada consta sobre a deficiência mental, já que os médicos parecem ter evitado sempre o que é incurável. Foram as influências caritativas do Cristianismo, do Judaísmo e do Islamismo que levaram a que alguma atenção fosse prestada a estas perturbações crônicas, muito embora quase sempre numa perspectiva muito filosófica e pouco científica (APPACDM, 2002).

O primeiro livro sobre DM foi escrito por Ireland (1832-1909) e a sua classificação (1877) foi a primeira tentativa científica de estudo desta entidade. As teorias racistas também deram o seu contributo para o estudo e compreensão da DM. O Dr. Down (1828-1896), que tentava produzir uma classificação étnica da idiotia, acabava por descrever a trissomia genética. Nas “escolas de treino”, que se viam a braços com um número residual, cada vez maior, de alunos incapazes de beneficiar-se do treino para integração na sociedade, instalou-se progressivamente um pessimismo pseudocientífico e assistiu-se à sua transformação em instituições de albergue, no pior sentido do termo. Inicialmente, apesar de tudo, as escolas de treino conseguiram elevados

números de integração social, pelo menos até 1905, altura em que Simon e Binet aplicaram os primeiros testes psicométricos de inteligência standardizados, concluindo cientificamente que se tratava da integração de pseudodeficientes que apresentavam algumas dificuldades de aprendizagem e alterações da linguagem (Silveira, 2000).

Pese, embora o posterior uso e abuso da utilização das escalas de inteligência de Simon e Binet, elas representam um contributo definitivo para o abandono de classificações subjetivas, arbitrárias e não científicas (Chase, 1980). Autores como Dugdale e Goddard queriam provar que a DM era um traço autossômico dominante e autossômico recessivo pelo que, se uma geração de deficientes mentais fosse impedida de se reproduzir, esta alteração seria completamente erradicada em poucas gerações (Binding & Hooho, 1975; Lifiton, 1986). Estava aberta a porta do eugenismo e da eutanásia com cobertura legal nos Estados Unidos, na Suécia e na Alemanha, e o número de casos de eutanásia, direta e indireta, permanece por determinar (Silva, 1997).

As atitudes bárbaras para com os DM não podem ser consideradas como exclusividade dos séculos passados. No que se refere ao extermínio de vidas humanas, o século XX é imbatível, sobretudo quando se trata de o fazer por razões pseudocientíficas e sociais. A partir dos anos cinquenta, iniciam-se os movimentos que advogam a importância da avaliação das capacidades sociais na determinação da elegibilidade para o ensino especial, o que até então tinha sido praticamente ignorado (APPACDM, 2002).

Trata-se de mudar de uma base de competência cognitiva para uma base de competência social. Claro que esta mudança trouxe algum conforto

aos profissionais que lidam com deficientes mentais, na medida em que ao introduzir-se uma base de avaliação muito mais variável do que o QI, sempre ficou algum “pano para mangas”. A história da DM está plena destes e de outros conflitos que têm influenciado as relações profissionais (Silveira, 2000).

É inegável que tem havido, ao longo dos anos, uma apropriação das definições de DM por parte das diferentes competências profissionais envolvidas e que estas variam com os diferentes instrumentos de diagnóstico e com os objetivos dos vários tipos de intervenção. Desta forma surgiram conceitos diferenciados para os professores, psicólogos, terapeutas e médicos. Os avanços realizados no domínio dos conhecimentos sobre a DM têm sido lentos, sem saltos e progressivos (Lemos, 1981).

A história da educação especial entronca na história das deficiências e deve-se considerar que os seus primórdios se situam nos finais do século XVII e muitas das críticas que hoje são movidas parecem trazer ainda essa data. Durante os séculos XVII e XVIII muitos deficientes mentais viveram internados em orfanatos, manicômios e prisões, à mistura com todos os outros rejeitados: velhos, doentes, criminosos, etc. (APPACDM, 2000).

Ao final do século XVII, que se inicia a institucionalização especializada que marca o aparecimento da educação especial. Aos poucos, as instituições perdiam as características de albergue, embora mantivessem os traços de carácter assistencial, que se sobrepunham à ação educativa. As primeiras escolas especializadas na educação de deficientes mentais só surgiram no século XIX. Estas escolas ficavam quase sempre situadas na periferia das povoações, sob o pretexto de que o sossego e o “ar puro” eram determinantes

para o bem-estar dos deficientes. (APPACDM, 2002).

É o conceito de normalização, surgido na Dinamarca, que influencia a legislação no sentido de “proporcionar aos deficientes uma vida tão normal quanto possível”. O passo imediato foi o de combater as Instituições de Educação Especial, na medida em que eram segregadoras (Silva, 1997).

Esta era da segregação, que na Europa Ocidental, nos dias de hoje, apenas existe como forma residual, ao arrepio das tendências integradoras e inclusoras que atualmente norteiam as Instituições de Ensino Especial, tinha como fundamentação duas teorias que pareciam ser opostas: uma que pretendia que os deficientes deviam ser defendidos da sociedade agressora e outra que entendia que a sociedade devia ser defendida dos deficientes, sendo que o resultado era invariavelmente o mesmo – a segregação! (Silva, 1997).

2.1.2 Definições da Deficiência Mental

O emprego de diversos termos a respeito da deficiência mental, tais como retardado, idiota, imbecil, atraso mental dentre outros tem produzido discrepância acerca dos estudos sobre este tema.

Sasaki (1997), aborda a questão do termo “necessidades especiais” como sendo utilizado de maneira mais ampla e que não deve ser tomado como sinônimo de “deficiências”, evitando-se assim o uso da palavra de forma pejorativa ou desagradável.

A deficiência mental, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1985), é um transtorno heterogêneo que se apresenta antes dos 18 anos de

idade. Fatores genéticos, ambientais e psicológicos podem ser causas de um funcionamento intelectual baixo, em relação à média, e dos comprometimentos nas habilidades das ações (Assumpção, 1994).

A deficiência mental “caracteriza-se por funcionamento intelectual significativamente abaixo da média (um QI de aproximadamente 70 ou menos), com início antes dos 18 anos de idade e déficits ou prejuízos concomitantes no funcionamento adaptativo” (Batista, 2000, p.37).

A deficiência mental pode ser caracterizada por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, média apresentada pela população, conforme padronizado em testes psicométricos ou por uma defasagem cognitiva em relação às respostas esperadas para a idade e realidade sociocultural, segundo provas, roteiros e escalas, baseados nas teorias psicogenéticas (SIMS, 2001).

A Deficiência Mental ou Oligofrenia possuem o mesmo conceito, porém, demência não é a mesma coisa, é quando o indivíduo de inteligência formada sofre uma lesão no Sistema Nervoso Central (SNC) e involui. A demência também não é mais usada, pois se refere a um estágio terminal de uma doença degenerativa (Batista, 2000).

Todos os aspectos citados anteriormente devem ocorrer durante o desenvolvimento infantil para que um indivíduo seja diagnosticado como sendo portador de deficiência mental.

2.1.3 Etiologia

Segundo Holmes (1997), a deficiência mental poderá ter como causa os fatores genéticos e os ambientais. Os fatores genéticos representam a hereditariedade do indivíduo e, dependendo do nível de comprometimento do material genético, pode-se ter deficiência mental causada por um erro gênico. Os fatores ambientais, por outro lado, se caracterizam por agirem ao nível do sistema nervoso em qualquer fase da vida do indivíduo, promovendo mutilações funcionais insanáveis. Se esses fatores agem durante o processo de maturação do sistema nervoso, temos as deficiências mentais por efeito do meio ambiente.

Para Batista (2000, p.42-43):

Os fatores etiológicos podem ser biológicos, psicológicos ou a combinação de ambos, embora em 30-40% dos casos relata-se não ser possível determinar a etiologia para a deficiência mental. Os principais fatores predisponentes incluem:

- Hereditariedade (aproximadamente 5%): erros inatos do metabolismo, herdados de mecanismos autossômicos recessivos, anormalidades em gene único e aberrações cromossômicas.
- Alterações precoces do desenvolvimento embrionário (aproximadamente 30%): alterações cromossômicas ou dano pré-natal causado por toxinas.
- Problemas da gravidez e perinatais (aproximadamente 10%): desnutrição fetal, prematuridade, hipóxia, infecções virais e outras,

trauma.

- Condições médicas gerais adquiridas no início da infância (aproximadamente 5%): infecções, traumas e envenenamento.
- Influências ambientais e outros transtornos mentais (aproximadamente 15-20%): privação de afeto e cuidados, bem como de estimulação social, lingüística e outras, e transtornos mentais severos.

2.1.4 Classificação

O retardo mental pode ser classificado de acordo com o Q.I., características de desenvolvimento, potencial para educação ou adequação social e vocacional. As classificações têm-se baseado primariamente nos testes de inteligência, porém, na avaliação do potencial para ajustes sociais adequados em casos particulares, as observações e julgamento do médico são tão importantes como os índices objetivos da contagem do Q.I. Classificação: (OMS) Organização Mundial da Saúde, 1992 (*apud* Sims, Andrew, 2001, p.162):

“Profunda: Q.I. abaixo de 20;

Severa: Q.I. entre 20 e 35;

Moderada: Q.I. entre 36 e 52;

Leve: Q.I. entre 52 e 70;

Limítrofe: Q.I. entre 70 e 83.”

Assim como a linha entre a normalidade e a deficiência não está clara,

as linhas entre os diversos níveis de deficiência mental também não estão claros, mas, para propósitos descritivos gerais, são úteis algumas identificações (Holmes, 1997).

A deficiência mental não é classificada de acordo com a causa (ex: hereditária familiar ou secundária à doença orgânica); e os graus de deficiência são expressos como “leve”, “moderado”, “severo” ou “profundo”, de acordo com os resultados dos testes psicométricos (Holmes, 1997).

Segundo Holmes (1997, p. 441), os níveis de deficiência mental são descritos da seguinte forma:

- Deficiência Mental Leve – equivale ao que já foi chamado de “educável”. Este grupo constitui o maior segmento de pessoas com deficiência – aproximadamente 85%. As pessoas deste nível desenvolvem habilidades sociais e de comunicação durante anos pré-escolares, têm um prejuízo mínimo em áreas sensório-motoras e são por vezes indistinguíveis de crianças normais até uma idade mais avançada. Elas podem adquirir habilidades acadêmicas até aproximadamente a 6ª série. Durante sua fase adulta em geral, obtêm auto-suporte mínimo, mas podem precisar de ajuda em circunstâncias incomuns ou sob estresse. Podem conviver com êxito na comunidade, independentemente, em apartamentos supervisionados ou em pensões protegidas.

- Deficiência Mental Moderada – equivale ao que se referia de “treinável”. Este grupo constitui aproximadamente 10% da população com deficiência mental. Estes indivíduos podem aprender a comunicar-se durante os anos pré-escolares, podem se beneficiar de treinamento vocacional e com supervisão moderada, podem tomar conta de si mesmos. Eles podem se

beneficiar de treinamento social e ocupacional, mas não tendem a progredir além da 2ª série em assuntos acadêmicos. Podem aprender a viajar sozinhos a locais familiares. Durante a adolescência, sua deficiência pode interferir em relacionamentos de pares; na fase adulta, podem ser capazes de contribuir para o próprio sustento desempenhando trabalho não especializado ou semi-especializado sob supervisão, em locais protegidos, ou no mercado de trabalho competitivo.

- Deficiência Mental Severa – este grupo constitui 3 a 4% da população deficiente mental. Apresentam desenvolvimento motor pobre; podem aprender a falar e serem treinados em habilidades elementares de higiene. Beneficiam-se apenas em uma extensão limitada de treinamento em coisas como o alfabeto e contas simples; podem ser ensinados a identificar palavras como homens, mulheres, ônibus e parada, por exemplo. Quando adultos podem ser capazes de desempenhar tarefas simples sob supervisão cuidadosa.

- Deficiência Mental Profunda – constitui 1 a 2% da população com deficiência mental. Apresentam capacidade mínima para funcionamento sensório-motor. Um ambiente altamente estruturado, auxílio e supervisão constante de um cuidador são necessários para o desenvolvimento ideal. Muitas dessas pessoas vivem em pensões protegidas, estabelecimentos de cuidado intermediário ou com suas famílias. A maioria frequenta programas diários e alguns podem desempenhar tarefas simples sob supervisão cuidadosa em uma oficina protegida.

2.2 O Trabalho e sua Importância como Ocupação Humana

O trabalho é um veículo para aquisição de recompensas externas socialmente veneradas, tais como o dinheiro, prestígio e poder, bem como de recompensas internas associadas com a auto-estima, pertinência e auto-realização (Vash, *apud* Brasil- CORDE, 1997).

Recentes estudos divulgados pela Revista de Administração de Empresas – RAE (1995) concluem que o trabalho é uma importante esfera da vida, sendo elemento ponderável na definição da identidade dos indivíduos. O termo “trabalho”, na linguagem do cotidiano, pode ter muitos significados. Emprega-se este termo para definir a atividade das plantas, das abelhas, das máquinas, dos atletas, do pintor, do aluno, enfim, como operação humana de transformação da matéria prima em objeto de cultura. O exercício de uma atividade produtiva e que resulte em bem concreto é significativo na vida do homem não apenas pelo retorno financeiro, mas por possibilitar-lhe uma independência social e pessoal. A energia aplicada em determinada função proporciona ao indivíduo uma gratificação pessoal pelo prazer de realizar algo a partir de suas possibilidades (RAE, 1995).

Sendo reflexo de uma visão social, as conseqüências sociais e psicológicas do desemprego afetam o homem de tal forma que médicos como Dr. Guttman, pioneiro britânico na reabilitação de pacientes com lesão de medula espinhal, declarou: “O resultado mais compensador de um paraplégico à vida útil, à parte o efeito benéfico simultaneamente sobre a condição física e a perspectiva mental, é a compensação de que o emprego é essencial à

felicidade humana” (Guttman, *apud* Athelstan, 1984, p.164).

O ser humano necessita de prover sua existência, isto é suas necessidades básicas. Por outro lado, é um ser inacabado e a partir daí pode-se afirmar: “o homem é um ser que trabalha e produz o mundo e a si mesmo” (Aranha, 1994, p.5).

No produzir a sua existência através do trabalho, é que o homem se difere profundamente dos animais, pois utiliza a sua capacidade para projetar, avaliar, redirecionar com vista a um determinado objetivo. Por isso, pode-se afirmar: o trabalho é uma ação dirigida por finalidades conscientes, a resposta aos desafios da natureza na luta pela sobrevivência. No trabalho o ser humano age sobre a natureza, cria um mundo novo, isto é elabora a vida sociocultural. Também desenvolve suas potencialidades e criatividade, além de auto-realizar-se. De certa forma o trabalho existe porque o homem está numa constante busca de transcendência e liberdade (Brasil - CORDE, 1997).

O filósofo contemporâneo Gusdorf diz que: “o homem não é o que é, mas o que não é”. Um lançar-se conscientemente para o futuro. Na sua caminhada nada é absoluto, nada é inquestionável, sem segurança, de certa forma fragilizado, mas é justamente nesta fragilidade que está a sua essência. Ele pode criar sua própria história. Este cenário de otimismo, harmonia e auto-realização vai ganhando paulatinamente um outro aspecto, de pessimismo e deterioração (Cordi et al, 1996).

Deve-se ressaltar que a visão negativa do trabalho é bem antiga. A sua etimologia vem do vocábulo latino *tripoliare* do substantivo *tripalium*, instrumento de tortura composto de três paus, onde eram fixados os

condenados, ou animais difíceis de ferrar. A partir deste conceito o trabalho ficou associado às atitudes negativas de sofrimento e tortura (Antunes, 2000).

Na época da filosofia clássica foi extremamente valorizada a “contemplação das idéias”, conforme definia Platão, em detrimento do trabalho braçal reservada a classe mais baixa, a dos escravos. Aristóteles assim explicava a existência de cidadãos escravos: “Todo aquele que nada tem de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros é condenado pela natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios” (Aranha, 1994, p.150).

O valor dado ao trabalho no contexto da sociedade capitalista ficou assim definido por Adam Smith: “cada homem vive do seu trabalho, e o salário que recebe deve pelo menos ser suficiente para o manter”. Isto é, o preço da sua mão de obra não poderia superar o necessário para a sua sobrevivência. Por outro lado o taylorismo aperfeiçoou as idéias de Adam Smith propondo um método científico, racionalizando a produção. Máxima produção em menos prazo (Cordi et al, 1996)

A idéia era combater a suposta preguiça, contudo no âmago desta questão estava o lucro, em detrimento da dignidade do trabalhador. Para Cordi et al (1996, p.159), esta situação trouxe a exploração, o sofrimento, a alienação e a insatisfação:

“O trabalho nas sociedades industriais está cada vez mais alienado do homem em relação a sua natureza. O homem moderno apesar de haver conquistado uma série de direitos e liberdades, de certa forma guarda alguma semelhança com a alienação do escravo ou do servo.

comunitária. Segundo Freud, o trabalho não somente assegura aos homens a sua necessária subsistência, mas também justifica a vida em sociedade e oferece ao indivíduo a possibilidade de se libertar das pulsões narcisistas, agressivas e mesmo eróticas que constituem sua libido”.

O trabalho também pode oferecer ao homem a compensação para a vida demasiadamente dura dos sofrimentos e das decepções existenciais possibilitando uma satisfação particular de realização de algo. Outra explicação, sobre o excessivo devotamento ao trabalho é que, ao nascer, encontra-se o mundo social já pronto, com seus valores estabelecidos de geração a geração. Então, muitas vezes os desejos, gostos e vontades do homem são manipulados ao extremo em uma sociedade alimentada pela ideologia da produção e do consumo, mantidos por falsas necessidades de bens materiais (Carmo, 1997).

O significado do trabalho pode ser determinado de várias formas diferentes. Sua representação cognitiva depende, não só da cultura como das características individuais dos indivíduos e dos meios sociais em que estes se vêem inseridos. Quando analisa-se as condições de trabalho existentes na sociedade e as atividades exigidas para a sua realização, verifica-se o quanto é difícil realizar e realizar-se, no e pelo trabalho. O trabalho é uma atividade essencialmente humana. Sua característica principal é a sua ação transformadora e a capacidade de modificação de um dado aspecto da realidade. Trabalhar é sempre desafiar a realidade, procurando superá-la. Nesse sentido, aquele que trabalha busca se inserir no espaço social,

afirmando-se como um indivíduo dentre muitos (Arendt, 2000).

O trabalho não só fundamenta a transformação do desejo, como também demonstra caráter social. Essa sociabilidade provém exatamente da relação que o trabalho mantém, ao mesmo tempo com o desejo e com a necessidade. Com efeito não se trabalha para fazer um uso imediato daquilo que é produzido. A satisfação real abre caminho para uma satisfação ideal e possível, com o que trabalho assume um caráter universal e abstrato. Trabalhando para si, a fim de satisfazer uma determinada necessidade, o homem realiza o intercâmbio da satisfação de sua necessidade pela satisfação das necessidades dos outros: desse modo, na medida em que satisfaz uma totalidade de necessidades, trabalha para todos (Carmo, 1997).

O trabalho é processo de formação, ou transformação. Nega a imediatez natural, mas, à diferença do animal que, para satisfazer seu desejo destrói – devora – o objeto, o homem o transforma. Mas só pode transformá-lo na medida em que respeita sua legitimidade, conhecendo suas leis e ajustando-se a elas (Albornoz, 1994).

Se o homem cria as ferramentas porque é racional, também racional há de ser o seu emprego. Com o instrumento, o homem se dobra às coisas, à sua legitimidade, para poder mudar sua forma, para que a coisa adquira uma forma nova. Mas toda essa transformação tem por base adequação à legitimidade do objeto (Albornoz, 1994).

Nas palavras de Tomasini (1996), todo homem é em potencial um trabalhador. O trabalho se constitui na atividade vital do homem. É a fonte de objetivação do ser humano e através dele os homens transformam o mundo e

se transformam, enquanto sujeitos sociais. O trabalho define a condição humana e situa a pessoa no complexo conjunto das representações sociais, definindo a posição do homem nas relações de produção, nas relações sociais e na sociedade como um todo.

2.3 Deficiência Mental e o Mercado de Trabalho

Uma pessoa portadora de deficiência é aquela capacitada para o trabalho em virtude de um treinamento especializado, respeitando a sua limitação física, visual, auditiva ou mental. Seria ideal que todo administrador de empresas tivesse tal conhecimento.

Questiona-se, se é o empresário, representado nas organizações pelo administrador, quem deve sentir-se responsável pela integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho, e também, se deve oferecer uma porcentagem de vagas para estas pessoas. E quanto ao processo de recrutamento, seleção e treino de pessoal deficiente, deve ser diferente entre indivíduos portadores de deficiência ou não portadores? E ainda, o portador de deficiências possui aptidões diferenciadas do “normal” para compensar sua perda? A resposta a estas questões é única: Não (Brasil – CORDE, 1994).

Na verdade, faltam informações aos administradores sobre os portadores de deficiência mental. Os diversos setores do mercado de trabalho deveriam entender que uma pessoa improdutiva gera custos, já que estão inclusos nas taxas tributárias e que, a partir do momento que estas mesmas pessoas, tornarem-se produtivas, estes custos tenderão a uma redução. Numa

análise mais aprofundada, poderia chegar-se a conclusão de diversos ganhos ao nível de empresa com a contratação de portadores de Deficiência Mental (Brasil - CORDE, 1994).

Os portadores de Deficiência Mental são aptos ao trabalho, desde que treinados e orientados adequadamente, tornando-se profissionais de confiança. Parte-se do pressuposto que todo indivíduo dispõe inicialmente de condições para a realização de uma atividade profissional, considerando-se que algumas pessoas, devido às suas características e peculiaridades, necessitam de um investimento e suporte diferenciados. Não é porém qualquer escolha ocupacional que será capaz de garantir esses aspectos, mas uma escolha que ofereça ao indivíduo satisfação pessoal e oportunidade de desenvolver tarefas que estejam de acordo com seus interesses, aptidões e possibilidades (Ribeiro, 1997).

Para que alguém esteja ao nível de exigência que o mercado de trabalho requer nos dias de hoje e que esta pessoa se profissionalize, é de vital importância que saiba se comunicar de alguma forma, que entenda o que lhe é comunicado, saiba utilizar conhecimentos básicos do dia a dia, que seja capaz de reter aprendizado, não se limitando a um conhecimento empacotado, memorizado, informativo e adestrador, mas que tenha desenvolvido a sua capacidade de tomar decisões (Kirk, 2000).

Torna-se de suma importância a preparação dos profissionais envolvidos, a orientação dos pais sobre as possibilidades dos filhos em relação à sua vida profissional, e a garantia da implantação de uma política efetiva de promoção dessa clientela (MacDonald, 1998).

A educação do deficiente mental desde a estimulação essencial, passando pelas demais fases (pré - escolar e escolar) deve se realizar de maneira plena e com objetivos bem definidos com a devida sistematização e seqüenciação, e que nesses objetivos esteja implícita uma proposta de orientação e formação profissional integrada a todo processo. Quando isso não ocorre, presencia-se deficientes mentais segregados com suas famílias sem nenhum tipo de ocupação ou mesmo estimulação, ou ainda confinados em instituições que se dizem especializadas, mas que não oferecem nenhum tipo de formação. Portanto, pode-se dizer que a atividade laboral da pessoa com deficiência mental será consequência da educação, a qual é considerada como processo contínuo e permanente (Kirk, 2000).

Para o portador de deficiência, o processo e o significado do trabalhar e do estar desempregado não são diferentes daqueles que ocorrem para qualquer outra pessoa, mas com um agravante. O portador de deficiência, para obter o seu trabalho e mostrar que é capaz, precisa, na grande maioria das vezes, romper mitos: um mito social que o vê como alguém improdutivo e um mito familiar que o vê como um eterno bebê, dependente, necessitando sempre de cuidados especiais e estando sem condições de desenvolver um trabalho que represente realização ou satisfação do desejo (Batista et al, 1997).

Historicamente, a educação especial tem dado privilégio, em sua práxis pedagógica, ao trabalho manual em detrimento do trabalho intelectual, ao submeter o indivíduo chamado deficiente às formas mecânicas de produção, visando exclusivamente à aquisição de competências manuais para a execução de tarefas simplificadas. Reduzindo este indivíduo ao 'fazer', tão

somente deixam de ser mobilizados mecanismos de apropriação da riqueza do mundo social, cultural e do desenvolvimento da competência política. Separando o trabalho manual do trabalho intelectual, ao deficiente restou o 'fazer' decretando-se assim a morte do aparelho mental, em benefício de uma determinada organização e divisão de trabalho. As linhas de montagem, a fragmentação em série, a realização de partes de um determinado produto, impediram e impedem a apropriação do saber, pelo trabalhador deficiente, sobre o produto final e total de seu trabalho. A maioria desses trabalhadores ignora o sentido de sua tarefa e o destino dela; o individualismo predomina sobre o sentido de coletividade, a competição individualista (ganhar por produção) aprofunda a solidão e a anulação do aparelho mental, anula resistências (Tomasini, 1996).

O portador de deficiência sabe de sua capacidade e que a deficiência pode colocar limitações para realizar determinadas atividades, mas também sabe que isto não implica deixar de realizar toda e qualquer atividade. A pessoa deficiente tem condições de escolher uma tarefa e de realizá-la com consciência e participação ativa se estimulada, educada e treinada para tal. Existe sempre um tipo de trabalho que a pessoa com deficiência pode realizar com competência e que lhe possibilite uma realização profissional (Fonseca, 1995).

Ainda persiste a idéia pré-concebida de que diminuição das capacidades físicas, mentais ou sensoriais do indivíduo diminui automaticamente a sua capacidade para o trabalho. Trata-se evidentemente de um erro, porque acredita-se que o princípio 'a mulher ou o homem certo para o trabalho certo'

se aplica igualmente às pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência podem ser tão produtivas como os seus colegas sem deficiência, se o seu potencial e capacidades forem corretamente avaliados e se exercerem a função adequada (Hélios II, 1994).

Em termos de habilidade, uma pessoa portadora de deficiência pode tornar-se um excelente empregado. Conforme inúmeros depoimentos de empregadores, os trabalhadores deficientes possuem confiabilidade e apresentam um melhor índice de freqüência e um menor índice de afastamento por doença do que os colegas não-deficientes. Pelo fato de que freqüentemente as pessoas com deficiência foram excluídas do mercado de trabalho, elas valorizam e preservam a condição de estarem empregadas mais do que fariam os trabalhadores não-deficientes. Além disso, algumas das pessoas portadoras de deficiência consideram que os empregos que têm são desafiadores e interessantes, mais do que considerariam os outros empregados. Aquele velho mito de que a maioria das pessoas quer um emprego fácil, simplesmente não corresponde à verdade. A maioria das pessoas deseja empregos que apresentem algum desafio (*The Texas Planning Council for Developmental Disabilities*, 1994).

Resumindo, pode-se dizer que para o indivíduo portador de deficiência, o trabalho possibilitará o aparecimento de um sujeito adulto, criativo, produtivo e responsável. Resgatará sua dignidade perante a sociedade, sua família e a si mesmo.

Sasaki (1997), distingue fases distintas ao longo dos tempos em relação ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiências:

primeiramente a fase de total exclusão, onde a pessoa deficiente não tinha acesso nenhum ao mercado de trabalho competitivo; ainda recentemente vemos a exclusão por falta de reabilitação e/ou qualificação para o trabalho, falta de apoio familiar. Em seguida veio a fase da segregação, onde as empresas ofereciam trabalho para serem desenvolvidos por pessoas deficientes no interior de instituições filantrópicas ou no próprio domicílio; as empresas se utilizavam (e ainda às vezes o fazem) de mão-de-obra barata e sem vínculo empregatício. Já a fase da integração, as pessoas deficientes trabalham em empresas, que podem ser classificadas de três formas: as que não adaptam em nada seus espaços físicos e equipamentos; as que fazem pequenas modificações em seus postos de trabalho por praticidade e não pela integração social e por fim, as que colocam as pessoas deficientes em setores exclusivos, com ou sem adaptações de preferência afastados do contato público.

Atualmente estamos na fase da inclusão onde várias empresas proporcionam condições necessárias e suficientes para o desempenho profissional de seus trabalhadores que têm necessidades especiais diversificadas (Sasaki, 1997)

A esse respeito Sasaki comenta que no Brasil, a inclusão vem sendo praticada em pequena escala por algumas empresas, mesmo sem saberem que estão na realidade adotando uma abordagem inclusivista. Tudo começou com pequenas adaptações especificamente no posto de trabalho e/ou nos instrumentais de trabalho, com o apoio daqueles empregadores compreensivos que reconheciam a necessidade de a sociedade abrir mais espaços para

peças deficientes com qualificação para o trabalho e desejavam sinceramente envolver suas empresas no esforço de empregá-las modificando suas empresas (Sasaki, 1997).

Quanto à colocação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho pode se dar por autocolocação direta, onde o próprio interessado vai buscar empregos ou através das instituições especializadas, associações de pessoas deficientes e centros de vida independente. Pessoas com deficiências encaminhadas por entidades especializadas são geralmente aquelas que foram preparadas para a vida de trabalho. Essa preparação integra o processo de inserção econômica das pessoas com deficiência. Uma vez devidamente preparadas, elas apresentam qualidades pessoais que muitas vezes faltam nos candidatos que não são deficientes, simplesmente porque estes não passam por certos programas, tais como: avaliação para o trabalho; pré - profissionalização; prontidão para o emprego; treinamento em assertividade e emprego apoiado (Batista et al, 1997).

2.4 Aspecto Social de Aceitação do Deficiente Mental

Pensar uma sociedade para todos, na qual se respeite a diversidade da raça humana, atendendo às necessidades das maiorias e minorias é concretizar a realização da sociedade inclusiva, na qual caberá à educação, num primeiro momento, a mediação deste processo. A prática da inclusão propõe um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores e atitudes que exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria

educação. Não se trata de criar uma estrutura especial para o atendimento, mas de fazer com que a estrutura existente seja eficiente para atender a todos nos seus diferentes níveis (Amaral, 1994).

O processo de exclusão social, o qual ainda hoje se observa, presente para todas as pessoas com algum tipo de deficiência, se agrava para a deficiência mental, considerando que vive-se em uma sociedade em que a capacidade intelectual e o sucesso acadêmico são extremamente valorizados. No passado, a pessoa portadora de deficiência mental era discriminada e rejeitada devido aos preconceitos e tabus, geralmente, de conotação mística, de que eram possuídas por forças demoníacas (Montian, 1997).

No presente, apesar dos inúmeros movimentos em prol dos seus direitos e deveres como cidadãos, ainda persistem preconceitos e tabus que embargam a plena aceitação e participação dos deficientes mentais no contexto de qualquer sociedade. Um destes preconceitos está ligado intimamente ao desconhecimento, por parte de muitos, da diferença existente entre um deficiente mental e um doente mental (Montian, 1997).

A tolerância social para com o deficiente mental depende de vários fatores. Nos países subdesenvolvidos e nas famílias pobres a tolerância é maior que nos países desenvolvidos e nas famílias de nível sócio-econômico elevado. As características próprias da deficiência, como o nível muito rebaixado, malformações físicas ou distúrbios de comportamento associados também influem na sua maior ou menor aceitação social. Outro fator relevante diz respeito ao nível cultural do ambiente onde vivem, sendo mais tolerados quando os aspectos intelectuais não são fundamentais para o grupo ao qual

pertencem (Ajuriaguerra, 1986).

A reação da sociedade frente a uma pessoa portadora de deficiência mental é bastante ambivalente. Às vezes reage repelindo o deficiente e, outras vezes, de forma caridosa. Geralmente, os impulsos generosos e caricativos em excesso escondem, a nível inconsciente, um rechaço, fazendo de tudo para que a pessoa deficiente seja afastada do convívio normal entre os cidadãos, permanecendo “protegida” em instituições (Carvalho, 1998).

Os programas e serviços para o atendimento às pessoas deficientes mentais devem ter como função não apenas habilitar, através da educação, do treinamento e da orientação o indivíduo em si, mas também provocar a conscientização da sociedade em questão. Somente assim será possível inserí-los e integrá-los à sociedade. Em outras palavras, somente farão parte da sua comunidade no momento em que passarem a ser vistos como pessoas produtivas e úteis (MacDonald, 1998).

A filosofia dos séculos passados ainda se ressentia dos preconceitos em relação ao deficiente mental, principalmente quanto à aceitação social e potencialidades para integração na comunidade; a idéia de esconder ou mascarar a presença do deficiente na família, o inconformismo dos pais e da sociedade, a predominância do déficit sobre as qualidades positivas, eram atitudes generalizadas. Diversos fatores concorreram para o movimento renovador, que modernamente, se evidencia, sintetizado principalmente na atitude otimista dos profissionais que trabalham nesse campo, em considerar a possibilidade de integração social e profissional dos deficientes mentais (Telford, 1988).

Atualmente, não se deve acentuar o déficit, mas investigar os aspectos positivos, as potencialidades desconhecidas do ser a que chamamos deficientes; o que podem realizar se opõe a “o que não pode fazer”. Poder trabalhar, ser útil, faz parte da renovação (Spackmann, 2002).

Portanto, parece que a integração do DM na sociedade não pode ser vista sob o ponto de vista meramente humanístico, de compreensão e amor, conforme a maioria das propostas institucionais e científicas, mas como toda uma problemática econômica e política que transcende as nossas possibilidades de ação. Pode bem ser o papel principal das ciências sociais: reforçar e fornecer a base para tolerar os outros e estabelecer maior tolerância para aceitá-los numa comunidade aberta. Uma sociedade que fosse bem sucedida em tais esforços não seria utópica, mas ideal (Spackmann, 2002).

Em nível das intenções, o discurso expresso parece esgotar o assunto e, aparentemente, não apresentar contradições. Refere-se sempre à necessidade de não discriminar o deficiente mental e à importância de sua socialização, que deve acontecer tanto no nível da família quanto no da sociedade e de sua inserção em alguma forma de atividade profissional (Canziani, 1985).

A pergunta a ser feita é a seguinte: Para que tipo de sociedade se prepara os indivíduos que pretende-se formar? A justificativa é sempre dada através dos, assim chamados, interesses e exigências sociais. Tenta-se impor comportamentos e atitudes baseados em conceitos tradicionais, às vezes até em desuso, porque a sociedade assim o exige. Infelizmente ainda se vê uma realidade dura e cruel: não há espaço na sociedade para o ser humano incapaz de um determinado comportamento social ou produção. O que alivia um pouco

é presenciar atitudes e situações isoladas, em tentativas positivas de integração do deficiente mental e também outras necessidades especiais, na sociedade, seja por meio de oportunidades profissionais ou pura e sincera aceitação desse ser tão completo que é o portador de necessidades especiais (Canziani, 1985).

Apresenta-se uma visão a respeito do deficiente e sua imagem relatando que em qualquer sociedade existem valores culturais que se consubstanciam no modo como a sociedade está organizada. São valores que se refletem imediatamente no pensamento e nas imagens dos homens e norteiam as suas ações. São valores que terminam por se refletir nas palavras com que os homens se expressam. Assim sendo, em todas as sociedades a palavra “deficiente” adquire um valor cultural segundo padrões, regras e normas estabelecidas no bojo de suas relações sociais (Ribas, 1995).

Uma comunidade aberta e predisposta para aceitar os seus membros deficientes mentais, não apenas colabora para sanar o problema da discriminação e rejeição que eles sofrem, mas também responde aos anseios e desejos das famílias envolvidas, em ver seus filhos respeitados e considerados, ainda que realizando trabalhos simples, mas necessários e importantes para o bem comum (Figueiredo, 1987).

2.5 Preparação do Portador de Deficiência Mental para o Trabalho

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (Brasil, CORDE,

1997), os portadores de deficiência, capazes de realizar trabalhos produtivos, devem ter direito ao emprego como qualquer outro trabalhador numa sociedade em que haja condições para que eles sejam capazes de se tornar seres humanos autoconfiantes e realizados, em vez de isolados, esquecidos e dependentes.

Ainda persiste a idéia pré - concebida de que diminuição das capacidades físicas, mentais ou sensoriais do indivíduo diminui automaticamente a sua capacidade para o trabalho. Trata-se evidentemente de um erro, porque cremos que o princípio 'a mulher ou o homem certo para o trabalho certo' se aplica igualmente às pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência podem ser tão produtivas como os seus colegas sem deficiência, se o seu potencial e capacidades forem corretamente avaliados e se exercerem a função adequada (Helios II, 1994).

As escolas especiais devem iniciar o processo de preparação para o trabalho através da implantação de oficinas pedagógicas que se definem como um ambiente destinado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades de portadores de necessidades especiais, através de atividades laborativas orientadas por professores capacitados, onde estão disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino/aprendizagem, nas diversas áreas do desempenho profissional (Ministério da Educação e do Desporto, 1994).

Cabe aqui colocar a existência de um programa que chama-se Programa de Pré-Profissionalização, que consiste em oferecer maior variedade de experiências de trabalho em atividades práticas, complementares e acadêmicas para que a pessoa, por meio de suas vivências, possa melhor

definir seu interesse e desenvolver suas capacidades e potencialidades para o trabalho. Seus objetivos são – possibilitar que a pessoa adquira um nível máximo de autonomia pessoal; desenvolver padrões de desempenho que correspondam aos exigidos pelo ambiente de trabalho nas empresas; treinar hábitos e atitudes essenciais de trabalho; facilitar a compreensão do mundo do trabalho, da entrevista de emprego, da ficha de solicitação de emprego, apresentação pessoal, direitos e deveres do trabalhador, relações no trabalho etc; propiciar uma auto-avaliação quanto às aspirações e limitações pessoais para determinadas tarefas; e capacitar para o ingresso no programa de qualificação para o trabalho (Batista et al, 1997).

Há também outro tipo de programa o qual denomina-se de emprego protegido, definido como: aquele disponível para pessoas que, por causa de suas necessidades especiais ou deficiências mais acentuadas, podem não estar aptas a enfrentar as exigências do emprego competitivo. O emprego protegido pode existir em oficinas de produção, em casa como um trabalho independente ou em um pequeno grupo de pessoas com deficiência empregadas em condições especiais dentro de uma indústria competitiva. (Nações Unidas, 1983).

Aspecto significativo para o encaminhamento do indivíduo para o mercado de trabalho está em compatibilizar o perfil do profissional ao cargo a ser exercido, enfatizando-se a questão da análise criteriosa da avaliação ocupacional e verificação dos riscos da interação frente aos critérios do processo seletivo. Faz-se necessário que haja uma estreita relação e, portanto, uma coordenação entre as diferentes ações que venham a ser executadas,

concentrando-se esforços que garantam a continuidade e cumprimento das metas a serem atingidas (Pastore, 2000).

As empresas precisam também ser habilitadas à inserção da pessoa portadora de deficiência. A empresa como uma das alternativas possíveis de mercado de trabalho é aberta a iniciativas de treinamento e colocação de pessoas portadoras de deficiência mental, desde que se sinta respaldada, tendo como parceiras instituições que se preocupem igualmente com competência, eficiência, qualidade, resultados e custos e, em especial, retaguarda nos assuntos referentes às pessoas portadoras de deficiência. Ambientes restritos a pessoas portadoras de deficiência acentuam suas dificuldades, podendo somente reforçar sua marginalização (Sasaki, 1997).

Constata-se muitas vezes, que grande número de pessoas portadoras de deficiência mental participam de programas de profissionalização que oferecem ensino e formação limitados, o que, na maioria das vezes, dificulta sua integração na comunidade. Parte-se do pressuposto que todo indivíduo dispõe inicialmente de condições para a realização de uma atividade profissional, considerando-se que algumas pessoas, devido às características e peculiaridades, necessitam de um investimento e suporte diferenciados. Contudo, é fundamental, qualquer que seja a condição do indivíduo, acreditar no seu potencial e desenvolvimento. O trabalho é o ponto chave da integração de qualquer pessoa na vida comunitária, o objetivo principal tem que ser a preparação para o trabalho e a conseqüente incorporação no mercado de trabalho competitivo, ou em outras alternativas de trabalho remunerado (Sasaki, 1997).

Segundo Batista et al. (1997), o Processo de Educação Profissional e Colocação no Trabalho (PECT), requer trabalho de equipe multiprofissional envolvendo todos os aspectos da pessoa e do meio em que vive e consiste de diversos programas para que os aprendizes das instituições venham a ter maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho competitivo.

O PECT divide-se em três etapas:

- Preparação para o trabalho;
- Qualificação para o trabalho e
- Colocação no trabalho.

No presente estudo será focado apenas as etapas da preparação e qualificação para o trabalho, que é a proposta inicial deste. Dentro da preparação para o trabalho inclui-se a avaliação para o trabalho e a pré - profissionalização. Oferece vivência em atividades práticas de trabalho que revelarão as potencialidades, aptidões e interesses para o exercício de uma atividade profissional. Na avaliação para o trabalho realiza-se o levantamento das potencialidades do portador de deficiência, especificando o grau de capacidade para a execução de uma tarefa ou desempenho de uma função ou emprego. A fase da pré – profissionalização, consiste em oferecer maior variedade de experiências de trabalho em atividades práticas, por meio de vivências, para poder identificar melhor seus interesses e desenvolver suas capacidades e potencialidades para o trabalho (Batista et al, 1997).

Deve-se ter em mente, quando se pensa em preparação do deficiente mental para o trabalho competitivo ou não, que é necessário proporcionar a este indivíduo o conhecimento das tarefas ocupacionais existentes no mercado

de trabalho para que tenha, assim, oportunidades de demonstrar suas possibilidades e interesses em realizá-las. Também se faz necessário promover oportunidades e recursos que favoreçam o desenvolvimento de suas capacidades e aptidões, garantindo-lhe eficiência no desempenho de suas tarefas (Pastore, 2000).

Após a etapa da preparação para o trabalho, inicia-se a da qualificação para o trabalho, a qual caracteriza-se pelo seu objetivo qualificador da mão-de-obra do portador de deficiência para o emprego. A qualificação é considerada fator fundamental na obtenção de bons empregos, além da importância em várias áreas da vida do deficiente, tais como: familiar, social, educacional. A qualificação para o trabalho possui duas modalidades: o treinamento e a habilitação. O treinamento profissional é um programa que se preocupa fundamentalmente com o desenvolvimento de habilidades necessárias ao desempenho de uma tarefa. Desenvolve, por meio de atividades práticas, o potencial laborativo do aprendiz para executar e produzir um determinado trabalho com qualidade, quantidade e responsabilidade na função na qual será colocado futuramente. Tal treinamento será realizado em oficina de capacitação, por profissionais capacitados para desenvolver tal atividade, como é o caso do Terapeuta Ocupacional que apresenta formação para trabalhar com atividades terapêuticas, que é sua ferramenta de trabalho (Batista et al, 1997).

A Oficina de Capacitação pode ser entendida como um ambiente controlado de trabalho que tem por objetivo direcionar aprendizes, de forma individualizada, ao desenvolvimento de sua capacidade, a fim de alcançarem

um status profissional social. O programa deve conter basicamente um esquema de avaliação, treinamento, ajustamento, colocação e seguimento, acrescido de uma educação complementar que envolva orientação básica sobre a preparação para o trabalho, higiene e saúde, prevenção de acidentes, informação profissional e ajustamento social, visando preparar o indivíduo para a vida profissional (Caldas, 1997).

A oficina de capacitação é uma escala intermediária entre a ociosidade e o emprego regular. Primordialmente, a oficina é um meio de controlar a tensão dos trabalhadores e assistir às pessoas deficientes no incremento de sua auto-suficiência. A oficina proporciona, freqüentemente, o adestramento em habilitações que poderão ser depois usadas em outros empregos; além disso, pode servir para inculcar hábitos de trabalho, atitudes e confiança em si próprio, aquisições que assim se espera, devem ser mantidas no futuro emprego, mesmo no desempenho de tarefas diferentes. Parte-se do princípio de que a pessoa deficiente, numa oficina de capacitação, pode desenvolver uma "personalidade de trabalho", constituindo em coisas tais como pontualidade, hábitos de cooperação no trabalho, formas de relacionamento com a autoridade e colegas, assim como atitudes favoráveis em relação ao emprego, ao padrão e ao salário (Ghirardi, 2000).

Os portadores de deficiência mental podem fazer nas oficinas coisas novas para vender, reparar ou recondicionar artigos usados para revenda, ou contratar e subcontratar trabalhos da indústria privada.

A organização das Oficinas de Capacitação se fundamenta em alguns princípios básicos como:

- Confiança em que o deficiente pode aprender a ser útil, através da aprendizagem de um trabalho;
- Existência no deficiente de potencialidades as quais, devidamente treinadas, podem resultar em bons índices de competência social e profissional.

Programa de Habilitação Vocacional – o Programa de habilitação vocacional das oficinas de capacitação está dividido em duas grandes etapas:

1º etapa – Ajustamento geral para o trabalho através dos princípios da educação integral;

2º etapa – Treinamento de habilidades específicas para o trabalho protegido, ou competitivo, conforme o tipo do problema.

O Programa das Oficinas compreende diferentes tipos de atividades assim classificadas: atividades de caráter manual (artesanatos variados – trabalhos em madeira, metal, fio e folha) artístico (atividades criadoras, música, dança) acadêmica (leitura, escrita e educação social) social (festas, comemorações, reuniões sociais, excursões) esportiva (educação física), e outro tipo de atividade que o mercado de trabalho exigir. O treinamento depende das aptidões, habilidades, interesse de cada aprendiz dentro das oficinas (carpintaria, tecelagem, artes gráficas, empalhação, cestaria, etc.). O período de treinamento é flexível, não tem prazo rígido e depende das condições de cada caso (Ribeiro, 1997).

2.5.1 Processo por Etapas para Desenvolver um Programa de Colocação no Trabalho

Segundo Nilsson (2001):

- Ter informações bastante atualizadas em ofertas de trabalho;
- Selecionar grupos cívicos que possam empregar o deficiente mental;
- Verificar se existe supervisor disponível;
- Pesquisar quais as habilidades acadêmicas exigidas;
- Avaliar se é repetitivo ou não.

Análise de Função/Cargo

- Horas de trabalho;
- Transporte;
- Quanta força requer;
- Tipo de resistência;
- Tipo de espaço que precisa;
- Número de tarefas em seqüência.

Esta análise tem por finalidade descrever um trabalho para o qual uma pessoa não está pronta, mas que poderá aprender o que o cargo exige. O propósito é de saber se o DM pode desenvolver o trabalho ou não.

2.6 Deficiência Mental e Terapia Ocupacional

Segundo a *World Federation of Occupation Therapy*, (1993) a Terapia

Ocupacional é definida como uma disciplina da saúde que diz respeito a pessoas com diminuição, déficit ou incapacidade física ou mental, temporária ou permanente. O terapeuta ocupacional profissionalmente qualificado envolve o paciente em atividades destinadas a promover o restabelecimento e o máximo uso de suas funções com o propósito de ajudá-los a fazer frente as demandas de seu ambiente de trabalho, social, pessoal e doméstico e a participar da vida em seu mais pleno sentido. A Terapia Ocupacional pode ser indicada para ajudar a manter ao máximo o bem-estar; promover e restabelecer as funções biopsicossociais; restabelecer a capacidade laborativa; promover a adaptação e integração social. A seleção dos procedimentos são de acordo com as necessidades de cada indivíduo. Em todos os casos a observação, a análise e o seguimento são parte essencial na função de um terapeuta ocupacional. O êxito no tratamento depende em grande parte das relações individuais e grupais envolvidas, e do esforço com que cada indivíduo pode ser encorajado no sentido de sua reabilitação. O terapeuta ocupacional contribui para a reabilitação total do paciente em conjunto com os outros membros da equipe de tratamento (ABRATO, 2002).

A Associação Sueca de Terapeutas Ocupacionais (1994), diz que o propósito da Terapia Ocupacional é desenvolver a capacidade dos indivíduos para viver dignamente de acordo com seus desejos e necessidades e em relação às demandas da sociedade. O significado pelo qual o terapeuta ocupacional pode realizar esse propósito é porque envolve o desenvolvimento das capacidades ativas do indivíduo e através da Terapia Ocupacional previne que essas capacidades se deterioreem e, em casos pertinentes, as compensa

de maneira que os indivíduos possam desempenhar suas atividades diárias. O propósito da Terapia Ocupacional e o significado descrito para realizá-lo está baseado nos seguintes supostos com respeito à natureza, saúde e atividade das pessoas, e por onde representa o aspecto humano da Terapia Ocupacional (ABRATO, 2002):

- As pessoas são de natureza ativa e capazes de desenvolver-se.
- A experiência e o conhecimento das pessoas sobre o mundo que as rodeia pressupõe atividade.
- O desenvolvimento das pessoas depende da atividade e da ação.
- As pessoas são essencialmente autônomas.
- As pessoas são essencialmente sociais, participam em atividades e interagem com outros.
- As pessoas podem influir em sua saúde por meio da atividade e da ação.
- A saúde das pessoas requer equilíbrio entre atividade e descanso.

E por último, a Associação Americana de Terapia Ocupacional (1994) relata que a Terapia Ocupacional é o uso terapêutico de atividades de cuidado pessoal, trabalho e lazer para aumentar a função independente, ampliar o desenvolvimento e prevenir incapacidades. Pode incluir adaptação do ambiente para obter-se a máxima independência e aumentar a qualidade de vida. A Terapia Ocupacional provê atividades dirigidas a objetivos, com propósito de ajudar no desenvolvimento de habilidades adaptativas e o desempenho de funções. Os serviços são prescritos a indivíduos de todas as idades que apresentem incapacidades físicas e relacionadas com deterioração mental. Os

serviços incluem, mas não estão limitados a avaliação e tratamento do desempenho ocupacional: habilidades para independência em atividades da vida diária, adaptação pré-vocacional/laborativa, atividades educativas, habilidades de lazer e tempo livre e habilidades sociais. Avaliam-se e se tratam as habilidades funcionais e os déficits nos componentes de desempenho neuromuscular, sensório-integrativo, cognitivo e psicossocial. Os objetivos de tratamento são levados a cabo através do seguinte: desempenho de tarefas dirigidas (inclui a simulação prática de trabalho, cuidado pessoal, lazer, habilidades sociais e seus componentes, como também o uso de meios criativos, jogos, computadores e outros equipamentos) (ABRATO, 2002).

A Terapia Ocupacional tem como finalidade principal, proporcionar às pessoas portadoras de deficiência mental, condições que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades, objetivando sua auto-realização, a aprendizagem, a integração social e a independência (Hagedorn, 1999).

Para pacientes mentalmente subnormais, o objetivo do tratamento, segundo MacDonald (1998), é desenvolver potencialidades latentes, e capacidades que nunca se apresentam antes, como também, fornecer educação social que os permitirá assumir o seu posto com confiança em ambientes estranhos.

No caso de portadores de Deficiência Mental, segundo o mesmo autor, os objetivos da Terapia Ocupacional devem ser:

- Desenvolver a capacidade de se tornarem auto-suficientes, com uma vida estável e segura;
- Capacitar tais pacientes para o mercado de trabalho, sentindo-se

úteis e contribuindo para a renda familiar.

- Tomar parte em algum tipo de esquema de oficina de capacitação.

2.7 Terapia Ocupacional em Oficinas de Capacitação

A Terapia Ocupacional treina e habilita, promovendo uma personalidade de trabalho com hábitos de pontualidade, cooperação, maneiras desejáveis de relacionamento entre colegas e superiores e proporcionar técnicas a serem utilizadas em seus ofícios.

Segundo Spackmann (2002), o primeiro passo é oferecer segurança ao deficiente mental, dando-lhe uma disciplina firme e um ambiente bem ordenado. A base mais importante do tratamento constitui-se da rotina bem ordenada e planejada, combinada com uma relação de grupo satisfatória. O segundo passo é a autoconfiança que apesar de estar presente em muitos pacientes, a segurança a respeito da sua capacidade para enfrentar a vida em termos iguais não está presente, pois são desconfiados e retraídos.

Esses são alguns meios de se obter a autoconfiança do paciente:

- estímulo no tratamento da aparência pessoal;
- sentimento de realização pessoal e aceitação de responsabilidade alcançada;
- A conclusão de uma obra admirada pelos outros dando prova da capacidade de fazer bem feito;
- Se o comportamento é razoavelmente estável, algumas responsabilidades devem ser dadas para que o paciente seja

consciente que algum aspecto do bem estar do grupo depende de sua eficiência.

E o terceiro passo, refere-se aos bons hábitos de trabalho. O êxito do paciente em seu emprego futuro depende dos hábitos de trabalho aprendidos durante o treinamento. Os pontos essenciais para o aprendizado são:

- a) **Concentração** – depende do grau de interesse e distração do paciente, sendo necessário proporcionar uma atividade incomum, para ser excitante e ao mesmo tempo em harmonia com os interesses dos mesmos;
- b) **Perseverança** – depende principalmente do incentivo de um alvo satisfatório. O incentivo, ou motivação será pessoal, com a intenção de fazer um artigo para presentear um parente ou amigo;
- c) **Coerência** – esses pacientes possuem capacidade de produzir resultados excelentes, e o padrão do trabalho produzido será exatamente aquele exigido pelo terapeuta. Os pacientes devem ser estimulados para serem críticos de seu próprio trabalho, e aprender a lutar por melhorias.

Técnicas de treinamento – na fase de treinamento, segundo Mas (1988), recomenda-se:

- Treinar o aprendiz na situação real do trabalho (ambiente, equipamento, material, instrumental, etc.), através de demonstrações diretas na execução da tarefa;
- Fazer a análise da tarefa;
- Rodízio em diferentes oficinas para a adaptação às situações

novas;

- Visitas a indústrias e outros ambientes de trabalho para enriquecimento de experiências;
- Instrução com recursos audiovisuais (filmes, slides, exposições, etc.);
- Estágios em oficinas ou outra situação de trabalho fora das oficinas.
- Avaliação.

O processo de avaliação do aprendiz nas Oficinas de Capacitação está dividido em 3 fases:

- I. Antes da admissão nas Oficinas;
- II. Durante o treinamento;
- III. No final do treinamento

I. Antes da admissão a avaliação consta dos seguintes tipos de exames:

Exame físico geral;

Exame médico geral e especializado;

Exames psicológicos;

História social.

Estes exames são realizados como rotina para a admissão, e que após levantamento e estudo dos dados, procede ao diagnóstico e orientação do caso com indicação para frequência às oficinas. O Coordenador técnico das oficinas orienta o programa de atividades adequadas para cada caso com a participação do pessoal especializado.

II. Durante o treinamento – A avaliação é levada a efeito com emprego de vários recursos introduzidos pelas oficinas para medir a evolução da conduta do caso no seu processo de treinamento.

- A) Escalas de trabalho – para análise caracterológica;
- B) Observações diretas do aprendiz em várias situações de ocupações, trabalho ou atividade de qualquer natureza;
- C) Caderneta de trabalho – registros do material confeccionado – impressões, etc.;
- D) Análise de tarefas;
- E) Análise de amostra de trabalhos confeccionados pelos aprendizes;
- F) Autojulgamento;
- G) Provas de Competência Social;
- H) Mapa de produção;
- I) Entrevistas com a família e responsáveis;
- J) Provas práticas de trabalhos e tarefas – relatórios.

Esse tipo de avaliação deve ser contínuo e com análise periódica dos resultados, em reunião de equipe, com a finalidade de medir o valor do programa elaborado dos casos nas oficinas e reformular a orientação para as áreas onde existem problemas de qualquer natureza.

III. No final do treinamento – é a avaliação para os aprendizes que já completaram sua habilitação e são capazes de trabalho produtivo dentro ou fora das oficinas.

Recomenda-se a avaliação do caso em todos os aspectos,

principalmente nas áreas de aptidões e habilidades profissionais e condições de personalidades indispensáveis ao exercício de uma ocupação ou emprego, fora ou na oficina. Apesar da carência de provas adaptáveis ao excepcional para avaliar suas aptidões e motivações para o trabalho, as tentativas de um aconselhamento estão baseadas na avaliação contínua que foi realizada, antes e durante a permanência do aprendiz dentro das oficinas. São reexaminadas todas as informações, proveniente de diferentes fontes, para deduções quanto ao comportamento profissional do aprendiz candidato ao emprego protegido ou competitivo. Nessa etapa da avaliação, é preciso dar importância às qualidades consideradas indispensáveis para que o aprendiz seja admitido como trabalhador, como: relativa ou total independência na execução da tarefa, preocupação com a qualidade da produção, rapidez, interesse pela aplicação industrial e comercial do produto, interesse financeiro, responsabilidade, capacidade de trabalhar em grupo, tolerância à repetição, resistência à fadiga, defesa quanto às frustrações, competência social às áreas da locomoção, comunicação e ocupação, aceitação da autoridade, reconhecimento dos recursos da comunidade que possam ajudá-lo (serviços de saúde, seguro social, etc.) (Ghirardi, 2000).

2.8 Legislação para o Portador de Necessidade Especial

É visível que os direitos dos portadores de deficiência, nos últimos anos, a iguais oportunidades de trabalho vêm sendo reconhecidos, fato este devido

principalmente à adoção pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1983, da Convenção 159 e da Recomendação 168, as quais tratam da reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes (Brasil - CORDE, 1997).

Os avanços conquistados nas últimas décadas relacionados à promoção humana são resultados das declarações, pactos, convenções que culminaram em legislação específica para portadores de deficiências, não obstante a implantação prática de muitos desses ser algo ainda a ser conquistado em sua plenitude (Ribas, 1995).

Destaca-se como objeto de reflexões atuais, a integração do portador de necessidades especiais no contexto do desenvolvimento econômico e social brasileiro, sendo inclusive incorporado nas linhas de ação de organizações estatais, imbuídas na defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência. À medida que a economia mundial se desenvolve, acentua-se as injustiças sociais onde a crise do trabalho que afeta diretamente todo cidadão assume maior relevância no que se refere a portadores de deficiências (Brasil - CORDE, 1994).

Organizações internacionais como a ONU, OIT, Encíclicas Papais e Governos Mundiais buscam estabelecer leis de defesa aos direitos de todo o cidadão ao trabalho produtivo e a garantir a mais honesta integração social de pessoas marginalizadas por um estigma discriminatório (Paraná, 1997).

Destaca-se a convenção 111, de 25 de junho de 1958, que trata da discriminação do emprego e trabalho e a convenção 159, de 20 de junho de 1983, sobre a readaptação profissional e emprego das pessoas portadoras de

deficiências, ratificadas pelo governo brasileiro em forma de lei (Brasil, 1988).

A conferência convocada em Genebra em 1º de junho de 1955 pelo Conselho de Administração do Secretariado do Trabalho em sua recomendação nº. 99 considera:

“Para atender as necessidades de emprego de pessoas portadoras de deficiência e para utilizar a melhor maneira possível os recursos de mão-de-obra, impõe-se o desenvolvimento e a restauração da capacidade de trabalho de pessoas portadoras de deficiências combinando num processo contínuo e coordenada orientação médica, psicológica, social, educacional, treinamento profissional e serviços de emprego, inclusive acompanhamento”.(Brasil - CORDE, 1997, p. 26).

Esta emenda é ratificada quase três décadas após pela recomendação 168, também em Genebra,

“Ao aplicar esta recomendação, assim como a recomendação relativa à reabilitação profissional (portador de deficiência) de 1955, os países membros devem considerar a finalidade de reabilitação profissional, conforme definida na citada recomendação que é a de capacitar uma pessoa portadora de deficiência em conseguir e manter um emprego conveniente e de nele progredir, favorecendo assim sua integração ou reintegração na sociedade” (Brasil - CORDE – OIT, 1997, p. 38).

Estas recomendações são significativas quanto ao progresso sobre as necessidades em matéria de Reabilitação e Reorganização na Legislação e no desempenho dos países membros da Organização Internacional do Trabalho.

Enfatizando a reabilitação profissional e emprego das pessoas

deficientes com a meta de atingir uma participação plena na sociedade, o Brasil, pelo Decreto nº. 129/91 estabelece que o teor contido na Convenção de Genebra "será executado e cumprido tão inteiramente como nela se contém." (Paraná, 1997, p. 196).

Coerente com a visão social atual sobre as potencialidades do que pelas limitações do portador de deficiências, a Carta Magna no item VIII, artigo 37, preconiza a reserva de percentual dos cargos e empregos públicos federais na administração direta, indireta e fundacional. Estes dispositivos irradiam para as constituições estaduais e leis orgânicas municipais deste país.

A Lei nº. 8213, de 24 de julho de 1991, em seu artigo 93, configura um percentual de vagas que as empresas privadas devem ter em seu quadro de funcionários. Este percentual varia de 2 a 5% do total de funcionários da empresa, sendo assim diferenciada: até 200 empregados- 2%; de 201 a 500- 3%; de 501 a 1000- 4% e de 1000 em diante- 5%. Desta maneira a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a cumprir tal porcentagem legal. (Ministério do Trabalho e do Emprego, 1999).

A colocação no mercado de trabalho dependerá de um estágio supervisionado amparado pela instrução normativa nº. 5, de 30 de Agosto de 1991. Esta instrução, bem como a Lei 8859, de 23/3/94, do Poder Legislativo modifica o artigo 1º da Lei 6494, de 07/12/1977. Este documento permite aos empregadores a criação de programas de treinamento e qualificação destas pessoas, em regime de treinamento. Por estas medidas, empregadores e técnico podem negociar junto aos órgãos especializados a colocação do portador de deficiência no mercado de trabalho, contratando assim, sua mão-

de-obra (Brasil, 1988).

Vale registrar, no âmbito da garantia dos direitos sociais aos portadores de deficiências, a Lei 7853/89, que dispõe sobre o apoio que o Poder Público e seus órgãos em assegurar os direitos básicos da pessoa portadora de deficiência. No entanto, verifica-se que muitas vezes as entidades têm enfrentado dificuldades para obter a liberação de documentos, o que pode inviabilizar seu pleno funcionamento (Brasil - CORDE, 1996).

A nova Lei de Diretrizes e Bases, a lei 9394/96 destaca-se nas duas últimas décadas como conquista da educação especial entre as ações legislativas, que buscam a conquista da igualdade e do exercício de direitos à educação de pessoas com deficiências (Brasil, 1997).

Observa-se, portanto na legislação vigente uma preocupação em assegurar o ingresso do portador de deficiências no mercado de trabalho. No entanto, sabe-se que apesar destes esforços, há de se rever por parte de toda a sociedade a aceitação e credibilidade no potencial da pessoa com alguma deficiência (Pastore, 2000).

Estas proposições não querem dizer que pessoas com deficiências tenham as mesmas experiências que pessoas sem comprometimentos, porém propõe que se busquem alternativas viáveis de trabalho e que lhes propiciem um desenvolvimento o mais natural possível (Sassaki, 1997).

Compete ao Estado garantir a aplicação das leis que favoreçam o trabalho à pessoa portadora de deficiência, mas, compete também à sociedade como um todo atender os portadores de necessidades reconhecendo-os como seres produtivos e capazes de assumir sua cidadania sem as idéias

assistencialistas que são apenas paliativas para estas pessoas (Ministério do Trabalho e do Emprego, 1999).

Segundo Carvalho (1998, p.76):

“Em que pese à história da humanidade nos mostrar gire o problema fundamental, em relação aos direitos do homem, não está em justificá-los e consagrá-los em textos aprovados no consenso mundial. Certamente que o fato de serem afirmados e reafirmados em declarações representa um grande avanço político e social. A contradição não está no como reivindicar ou inserir direitos em textos; o problema está em protegê-los, em conquistar sua execução, o que, geralmente, é fruto das lutas de determinados grupos que se sentem desrespeitados”.

Inobstante contar com as conquistas legislativas que assegurados os direitos das pessoas portadoras de deficiências, há de se buscar a participação efetivas dos órgãos públicos, comunitários, entidades, enfim da sociedade em geral através de um exercício sério e continuado de suas funções, se fazer valer de sua autonomia e forças, possibilitar a almejada justiça e reconhecer dignamente a emancipação social do cidadão portador de deficiências (Sasaki, 1997).

3 ESTUDO DE CASO: APRESENTAÇÃO DE OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CURITIBA-PR

O presente estudo de caso desenvolveu-se na Escola de Educação Especial Menino Jesus, localizada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, onde foi possível observar e vivenciar o tema proposto nesta dissertação, que é a preparação do deficiente mental para o mercado de trabalho. Esta escola desenvolve um programa em oficinas de capacitação e já conta com vários de seus alunos inseridos em empresas de Curitiba.

A escolha da referida escola se deu pela mesma apresentar em seu currículo, toda uma prática em oficinas de capacitação, onde a proposta final é de inserção do aluno no mercado de trabalho, quando este apresenta condições para tal. O primeiro contato foi realizado através de uma Terapeuta Ocupacional, a qual fez a apresentação da instituição, dos alunos e de toda a equipe profissional e administrativa. Em seguida, procedeu-se à coleta da documentação existente, bem como conversas informais com os profissionais. Foram realizadas diversas visitas à escola, com o objetivo de acompanhar os alunos nas oficinas, observando-se então a rotina das mesmas. Os programas de cada oficina foram atualizados no ano de 2001.

3.1 Histórico da Escola de Educação Especial Menino Jesus

Um grupo de quatro profissionais em busca de um sonho, de um ideal, fundaram em 10 de agosto de 1985 a UPAE – União de Profissionais para o Atendimento ao Excepcional, entidade social sem fins lucrativos, com seus atos constitutivos arquivados sob n.º 10.464 do livro A, no Cartório do 1.º Ofício de Registros de Títulos e Documentos. A UPAE é mantenedora da Escola de Educação Especial Menino Jesus, que na época chamava-se Centro de Aprendizagem Profissional Menino Jesus.

Com ajuda de um conhecido que, cedeu uma casa de madeira, situada à Rua Alcebíades Plaisant, 1342 – Água Verde, foi iniciado o trabalho. Durante cem dias reformaram este local procurando deixá-lo o mais adequado possível, para que pudessem começar a atender os alunos. As atividades da escola foram iniciadas com apenas quatro alunos, dois professores, uma diretora e uma zeladora. Eram desenvolvidas atividades relacionadas ao artesanato e escolaridade.

O início foi difícil, não havia recursos e mesmo não sendo necessário pagar aluguel, havia o pagamento das contas de água, luz e telefone. Os profissionais durante o período de um ano trabalharam voluntariamente. Até que a Secretaria de Educação (SEED) autorizou o regular funcionamento e a partir deste momento começou a repassar verbas.

Nesta época, mais ou menos um ano depois da fundação, a escola já contava com 60(sessenta) alunos, sendo que a casa não oferecia espaço físico suficiente para o atendimento. Então, mais uma vez, com a ajuda de um senhor

que também tinha um filho portador de deficiência e que morava nas mediações do bairro Bacacheri, ficou sabendo de uma instituição abandonada, que no passado atendia pessoas com Hanseníase. Este estabelecimento estava fechado há muito tempo, e no mesmo terreno funcionava o antigo Educandário Curitiba. Este terreno era e ainda é administrado pela Sociedade Eunice Weaver. Entrando em contato com esta sociedade para verificar a viabilidade de ocupar o estabelecimento, encontrou-se a Sra. Juril Carnascialli, que acreditando na causa e respeitando o trabalho que tal entidade vinha desenvolvendo, assinou o primeiro comodato em 18 de dezembro de 1986. O local foi ocupado e mais uma vez fez-se necessário unir forças para que fosse possível reformar o mesmo, que se encontrava totalmente depredado.

Com o passar dos anos, este local também começou a ficar sem espaço físico para o atendimento de novos alunos, já que as salas existentes estavam superlotadas. Então, através da diretora da instituição, Vera Maria Schettini, rotariana e pertencente ao Clube Curitiba/Oeste que na parte inferior de seu prédio apresentava um espaço ocioso, foi apresentado um projeto ao Rotary, solicitando que este espaço fosse cedido para que ali funcionasse uma subsede, com o objetivo de deslocar alguns alunos e abrir novas vagas.

Em reunião realizada no dia 16 de setembro de 1996, conforme Ata de Reunião Extraordinária, ficou deliberada a criação desta escola em comodato com a Fundação Rotária (FUR), situada à Rua Coronel Adyr Guimarães, n.º 400 – Ahú.

O trabalho desenvolvido na subsede segue a mesma linha da sede, visto que a clientela que lá se encontra tem as mesmas características, ou seja, são

portadores de deficiência mental leve e moderada e deficientes físicos com bom desenvolvimento dos membros superiores. Cabe ressaltar que ao descrever deficientes físicos com bom desenvolvimento dos membros superiores, é pelo fato de que até o momento as atividades desenvolvidas são basicamente relacionadas à confecção de produtos artesanais, que exigem uma certa habilidade e coordenação motora fina; também porque em Curitiba, segundo relatou a assistente social, existe o privilégio das escolas serem separadas por área de deficiência. Neste sentido, existem escolas adaptadas e com programas de atendimento específicos para diversas clientela, desenvolvendo excelente trabalho.

3.2 Composição da Equipe Multiprofissional

02 Assistentes Sociais

01 Fisioterapeuta

01 Psicóloga

01 Fonoaudióloga

02 Terapeutas Ocupacionais

21 professores, destes 02 atuam na área de Educação Física

3.3 Clientela Atendida

A escola conta com 204 alunos no total, divididos no turno da manhã e tarde. Destes 204 alunos, 164 encontra-se na sede principal e 40 na subsede.

O presente estudo realizou-se na sede principal. O atendimento é prestado a portadores de deficiência mental, deficiência física e distúrbios de comportamento. A escola trabalha com alunos a partir de 14 anos de idade cronológica.

3.4 Programas de Atendimentos – Oficinas

3.4.1 Programa Centro de Vivência Integrada – CVI

Participam do centro de vivência Integrada os alunos acima de 21 anos, que momentaneamente não apresentem condições de desempenhar atividade laboral no mercado de trabalho ou oficina protegida. Tais alunos necessitam de um programa diretamente relacionado a sua independência, integração social e pré-requisitos que vise a sua capacitação para o trabalho competitivo.

OBJETIVOS:

- Buscar através de atividades direcionadas, a independência, participação e integração destes alunos;
- Promover a independência nas Atividades da Vida Diária (AVD's);
- Proporcionar independência nas Atividades da Vida Prática (AVP's);
- Promover a socialização;
- Orientar e vivenciar atividades artesanais (confecção de sabonetes glicerizados);
- Desenvolver habilidades para participação protegida e/ou mercado competitivo de trabalho.

CONTEÚDOS:

- Higiene bucal, corporal, vestuário e asseio pessoal;
- Atividades de organização e limpeza do ambiente;
- Independência na locomoção e mobilidade;
- Comunicação independente para autonomia na vida prática;
- Adequação do comportamento social;
- Culinária (independência e desenvolvimento de alimentação básica);
- Compras (custos, conhecimento de dinheiro e autonomia);
- Passeios e visitas (integração social);
- Confecção de atividades artesanais (sabonete glicerinado, sais de banho, óleos e banho de espuma);
- Abordar e estabelecer hábitos e atitudes de trabalho, desenvolvendo: organização, economia de material, responsabilidade, manejo independente dos equipamentos e materiais básicos deste trabalho.

AVALIAÇÃO:

Será realizada individualmente no decorrer de todo o ano letivo, observando o desenvolvimento de competências, avaliando e valorizando a capacidade residual do aluno, quanto à independência, autonomia e desenvolvimento biopsicossocial destes educandos.

3.4.2 Oficina Terapêutica de Horta e Jardinagem

Participam alunos acima de 21 anos, que apresentem uma dificuldade mais acentuada, transitória ou permanente, e que não apresentam condições

de desempenhar atividade laboral no mercado de trabalho ou em uma das oficinas protegidas.

OBJETIVOS:

- Proporcionar situações que permitam a evolução do aluno quanto à adaptação e capacitação, a fim de que apresentem condições de freqüentar as oficinas ou mercado de trabalho;
- Proporcionar relações intra e inter pessoal;
- Promover a socialização;
- Desenvolver atenção e concentração;
- Oportunizar ao aluno a aquisição da autonomia e independência;
- Proporcionar ao aluno a capacidade de iniciar e terminar o processo desenvolvido na atividade proposta.

CONTEÚDOS:

Jardinagem:

- a) Pequena história sobre jardinagem;
- b) Preservação do habitat nativo: florestas, bosques e nascentes de água;
- c) Clima e sua influência na jardinagem;
- d) Influência dos diferentes tipos de solos;
- e) Adaptação de plantas aos diferentes tipos de solos: tipos de solos, correção e adubagem (química ou orgânica);
- f) Condições ambientais: luz, água, ar e temperatura;
- g) Ferramentas e equipamentos: identificação, classificação e cuidados com o manejo;
- h) Arborização urbana: importância, procedimentos, adubação inicial e

forrações;

- i) Plantas ornamentais: arbustos, árvores e herbáceas;
- j) Planejamento e execução de jardins: irrigação, combate às pragas e doenças, podas, fertilização, substituição de flores;
- k) Comercialização de flores: plantio na terra, cultivo em estufas, período de colheita, técnicas de colheita; técnicas de preservação;
- l) Medidas de segurança.

METODOLOGIA:

As atividades inicialmente serão desenvolvidas na sala de aula, em grupos, onde os alunos terão um embasamento teórico, para posteriormente desenvolverem a prática no terreno da escola e também na comunidade, visando a integração do aluno e a auto-sustentação do programa.

Horticultura:

- a) Clima e sua influência na horticultura: temperatura, fotoperíodo, umidade;
- b) Conservação do solo: adubação orgânica, preparo do solo e plantio em nível, rotação de culturas;
- c) Preparo do solo, construção de canteiros, produção de mudas: produção de mudas em bandejas e modelos de bandejas;
- d) Irrigação: principais tipos de irrigação;
- e) Controle de ervas daninhas (erradicação, prevenção, controle): controle cultural, biológico, mecânico e químico;
- f) Medidas de segurança: importância de equipamentos de proteção individual, tipos de intoxicação (aguda ou crônica), identificação de

- produtos tóxicos segundo sua rotulação;
- g) Medidas eficientes para pulverização;
 - h) Cuidados com o meio ambiente e com o consumidor;
 - i) Custo, benefício das medidas de prevenção: principais doenças das hortaliças, colheita, beneficiamento, classificação e acondicionamento e comercialização dos produtos.

METODOLOGIA:

As atividades inicialmente serão desenvolvidas em sala de aula, em grupos, onde os alunos terão um embasamento teórico, para posteriormente desenvolverem a prática na horta da escola. Os produtos serão repassados para a cozinha e também vendidos na comunidade, visando à integração do aluno e o auto-sustento do programa.

3.4.3 Oficina de Cartonagem

A proposta desta oficina é oferecer assistência educativa que emprega o trabalho manual como meio de educação e recuperação. Destina-se a adolescentes e adultos, os quais, por suas dificuldades peculiares, não podem freqüentar normalmente locais de trabalho profissional. Seu funcionamento envolve as etapas de iniciação ao trabalho, treinamento e produção.

OBJETIVOS:

- Proporcionar ao aluno, o conhecimento dos diversos tipos de materiais, com os quais pode-se trabalhar na confecção de objetos para presentes e cartões, inserindo assim, o aluno na sociedade produtiva,

atingindo sua independência econômica;

- Desenvolver a sensibilidade e a capacidade criadora e artística;
- Desenvolver o conhecimento de todas as fases de um trabalho artesanal;
- Desenvolver a autoconfiança do aluno.

CONTEÚDOS:

- a) Contato com os mais variados materiais;
- b) Distinção e utilidade dos materiais e utensílios;
- c) Distinção de medidas;
- d) Pintura;
- e) Colagem;
- f) Recorte;
- g) Linhas retas e curvas;
- h) Lixamento;
- i) Dobradura
- j) Montagem e encaixes;
- k) Confecção de cartões diversos;
- l) Confecção de cartuchos;
- m) Confecção de porta-retratos;
- n) Datas comemorativas.

AValiação:

A avaliação ocorrerá ao longo do processo de aprendizagem, propiciando ao aluno, múltiplas possibilidades de expressar e aprofundar sua visão do conteúdo trabalhado. Os alunos serão divididos em dois grupos: o

grupo de alunos que já possui as habilidades específicas irá produzir e será avaliado sua organização, segurança e limpeza no trabalho; o grupo que não tem conhecimento da atividade será trabalhado individualmente e avaliado dentro de suas capacidades individuais diariamente.

3.4.4 Oficina de Artesanato em Tecido e Lã

A proposta desta oficina é proporcionar ao aluno atividades que desenvolvam suas habilidades motoras, mentais, emocionais e sociais, com o objetivo principal de que o aluno adquira sua independência econômica e integração social.

OBJETIVOS:

- Despertar o interesse do aluno para que este desenvolva várias habilidades e adquira a capacidade de aprender as atividades propostas;
- Reconhecer e nomear o material utilizado;
- Reconhecer cores e tecidos;
- Utilizar a técnica do carimbo, do molde vazado e pintura à mão livre.

CONTEÚDOS:

- a) Pintura em tecido e suas diversas técnicas e modalidades, tais como: traços retos, curvos e mistos; esboços; ensaios primários; figuras mais nítidas; aplicação de cores e tons e aplicação das técnicas propostas.

METODOLOGIA:

A partir de um modelo, serão esmiuçados os diversos aspectos da

pintura, do material utilizado, tipo de tecido, etc. Passo a passo os alunos irão assimilando a técnica proposta.

AVALIAÇÃO:

Os alunos serão separados em grupos de igual domínio e técnica e a avaliação ocorrerá ao longo do processo de aprendizagem, propiciando múltiplas possibilidades de expressar e aprofundar a sua visão do conteúdo trabalhado.

3.4.5 Oficina de Reciclagem de Papel

A proposta desta oficina é oferecer assistência educativa empregando o trabalho manual como meio de educação e recuperação. Destina-se a adolescentes e adultos, os quais, por suas dificuldades peculiares, não podem freqüentar normalmente locais de trabalho profissional. Seu funcionamento envolve as etapas de iniciação ao trabalho, treinamento e produção.

OBJETIVOS:

- Oferecer ao aluno oportunidade de familiarizar-se com as atividades artesanais, desenvolvendo sua criatividade e habilidades respeitando as diferenças e dificuldades individuais, bem como oportunizar ao aluno sua integração na sociedade através do seu trabalho e em conseqüência sua independência financeira;
- Desenvolver no aluno a capacidade e o gosto pelo trabalho feito em sala e de sua vivência, sabendo manipular o material;
- Desenvolver no aluno o conhecimento de como utilizar o material e

técnicas nas atividades;

- Desenvolver no aluno a auto-estima e confiança para sua independência.

CONTEÚDOS:

- a) Hábitos de higiene;
- b) Boa conduta e disciplina;
- c) Passeios e jogos;
- d) Datas cívicas e festivas;
- e) Atividades com papel reciclado;
- f) Atividades com papel machê;
- g) Noção de cores e tamanhos;
- h) Pinturas;

METODOLOGIA:

Através de conversação e demonstração dos diversos tipos de papéis e de como prepará-los para a reciclagem. Também são discutidas as diversas etapas para reciclagem de papel até o produto final. É realizada a demonstração e confecção de diversos trabalhos, tendo como material base o papel reciclado. A confecção de papel machê é aplicada em suas diversas etapas, resultando em várias peças artesanais. Os demais conteúdos como boa conduta e disciplina, são trabalhados nas etapas citadas e durante os passeios e jogos.

AVALIAÇÃO:

A avaliação ocorre ao longo do processo de aprendizagem, propiciando ao aluno múltiplas possibilidades de expressar e aprofundar a sua visão do

conteúdo trabalhado. As atividades serão desenvolvidas em grupo ou individualmente, onde será avaliado o relacionamento do aluno com seus colegas e professores e seu desempenho nas atividades de sala e fora da mesma.

3.4.6 Oficina de Marcenaria

A proposta desta oficina é oferecer subsídios para a realização de um trabalho integrado e participativo, desenvolvendo todo o potencial do aluno, através de atividades artesanais em madeira, que poderão ser comercializadas, oportunizando assim, sua independência econômica e integração na sociedade.

OBJETIVOS:

- Proporcionar ao aluno uma formação que o capacite para o exercício de uma possível ocupação no mercado de trabalho, mediante domínio das habilidades básicas, na confecção dos objetivos;
- Reconhecer todos os tipos de materiais que irão ser utilizados na confecção dos artesanatos;
- Proporcionar ao aluno atividades que envolvam a utilização de sua coordenação motora, para que desenvolva todo o seu potencial artístico e artesanal;
- Desenvolver o conhecimento prático para a confecção dos artesanatos com a maior perfeição possível;
- Aprimorar hábitos de cortesia e boa educação, desenvolvendo atitudes

adequadas de um futuro profissional;

- Desenvolver todos os tipos de atividades que aperfeiçoem suas habilidades de AVPs (Atividades de Vida Prática).

CONTEÚDOS:

- a) Organização do espaço de atividade;
- b) Reconhecimento do material a ser utilizado;
- c) Preparação da madeira;
- d) Pintura e outras técnicas de acabamento
- e) Atividades da vida prática (AVPs);
- f) Datas comemorativas.

METODOLOGIA:

Cada conteúdo é vivenciado da seguinte maneira:

- Organização do espaço de atividade: mostrar ao aluno o local aonde irá desenvolver suas atividades e orientá-lo de como mantê-lo para que tudo esteja sempre organizado e limpo;

-Reconhecimento do material a ser utilizado: sempre orientar e proporcionar durante as atividades, momentos em que os alunos tenham oportunidade de conhecer os materiais utilizados nas confecções do artesanato e suas devidas funções;

-Preparação da madeira: escolher a madeira adequada, riscar as peças, cortar em serra tico-tico (supervisão do professor com alunos que tenham o conhecimento correto de como utilizar a máquina e que tenham autorização dos pais, para se resguardar de problemas em caso de algum acidente de trabalho) e lixar. Os procedimentos para o trabalho em madeira são: riscar,

lixar, recortar, montar, colar, pregar, pintar, restaurar e decorar;

-Pintura e outras técnicas de acabamento: ensinar as diversas técnicas de acabamento e suas etapas de execução;

-AVPs: realizar diversas atividades que desenvolvam e aperfeiçoem suas capacidades de resolver pequenas situações de sua vida prática;

-Datas comemorativas: trabalhar através de conversação e uso de material concreto, quando necessário, todas as datas comemorativas.

AVALIAÇÃO:

A avaliação ocorre ao longo do processo de aprendizagem, através de observação e verificação da participação e execução das atividades propostas.

3.4.7 Oficina de Tear e Culinária Básica

A proposta desta oficina é proporcionar ao aluno o conhecimento prático para a confecção dos artesanatos com a maior perfeição possível para que tais trabalhos possam ser comercializados, oportunizando assim, sua independência e integração na sociedade.

OBJETIVOS:

- Confeccionar peças em tecelagem com destreza, segurança, responsabilidade e limpeza, participando e socializando-se no grupo que está inserido. Produzir geléias e conservas para venda na comunidade;
- Conhecer e reconhecer todos os materiais utilizados na confecção das peças em tecelagem;

- Conhecer e desenvolver as habilidades necessárias para confecção das peças artesanais;
- Conhecer e reconhecer todos os materiais utilizados na confecção de geléias;
- Conhecer e desenvolver as habilidades necessárias para confecção de geléias;
- Desenvolver habilidades dentro dos conteúdos acadêmicos.

CONTEÚDOS:

- Tecelagem;
- Culinária básica;
- Escolaridade (reforço e manutenção).

METODOLOGIA:

Os conteúdos são vivenciados da seguinte maneira:

-Tecelagem: armar a trama, tecer, arrematar o produto;

-Bordado em talagarça: colocar o fio na agulha, bordar, mudar de linha, arrematar;

-Culinária: pratos triviais, conservas e geléias – selecionar a receita da semana, providenciar os ingredientes necessários através de solicitação ou compra no mercado, higiene pessoal (lavar as mãos, colocar avental e touca), preparo do prato e/ou geléia - conservas, degustação e/ou armazenamento adequado do produto, conforme a receita escolhida, decoração dos vidros quando necessário, etiquetar os vidros.

-Atividades acadêmicas: cantar o hino nacional às sextas – feiras, comemoração das datas cívicas e festivas através de montagem de painéis,

passeios pela cidade e/ou bairro, músicas relacionadas a temas diversos.

AVALIAÇÃO:

A avaliação ocorre ao longo do processo de aprendizagem, onde serão observadas a participação, execução e produção dos produtos solicitados.

OBSERVAÇÃO:

Em todos os programas de atendimento relatados acima:

- Uma vez por semana serão desenvolvidas atividades que envolvam conteúdos acadêmicos (respeitando as dificuldades individuais), e que preferencialmente tais conteúdos tenham relação com a atividade da oficina em questão. Discussão de assuntos da atualidade, desenvolvimento de habilidades sociais, de comunicação e de vida prática.
- Uma vez por semana serão desenvolvidas atividades que envolvam orientação para o trabalho, como: pontualidade, higiene, responsabilidade, independência, autoconfiança, respeito ao próximo, convivência em grupo, legislação e outros temas, sempre respeitando as dificuldades individuais.

3.4.8 Programa de Educação Profissional

Este programa prepara o aluno com idade entre 14 e 21 anos para ingressar no mercado de trabalho. Esta preparação deve envolver conteúdos da área pedagógica com a área de preparação para o trabalho.

OBJETIVOS:

- Desenvolver conteúdos acadêmicos, como linguagem oral e escrita, pensamento lógico matemático, movimento, expressão e conhecimento do mundo;
- Discutir assuntos da atualidade;
- Desenvolver habilidades sociais, de comunicação e de vida prática;
- Introduzir o aluno no programa de orientação para o trabalho com a preparação do aprendiz para o trabalho através da globalização de experiências adquiridas e da relação do seu próprio eu com a família, o trabalho e a sociedade.

01) ÁREA PEDAGÓGICA

OBJETIVOS GERAIS:

- Utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo as diferentes intenções e situações de comunicação;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e

agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva.

Linguagem

OBJETIVOS GERAIS:

- Valer-se da linguagem oral e/ou escrita para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capaz de expressar seus sentimentos, experiências, idéias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário;
- Usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandir as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Utilizar a linguagem oral, sabendo adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram conversas em grupo, expressão de sentimentos e opiniões, defesa de pontos de vista, relato de acontecimentos, exposição sobre temas estudados;
- Participar de diferentes situações de comunicação oral, acolhendo e considerando as opiniões alheias e respeitando os diferentes modos de falar;
- Escrever pequenos textos coerentes, utilizando a escrita alfabética e preocupando-se com a forma ortográfica, com e sem ajuda do professor;
- Ler pequenos textos, combinando estratégias de decifração com

estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação.

CONTEÚDOS:

- a) Escrita do nome e sobrenome (seu e familiares);
- b) Assinatura;
- c) Leitura e escrita do seu endereço;
- d) Leitura e escrita de palavras de uso diário (leitura funcional);
- e) Leitura e interpretação de anúncios, slogans, cartazes e folhetos, receitas, placas, linhas de ônibus;
- f) Leitura e escrita de pequenos textos;
- g) Escrita e interpretação de pequenos textos lidos pelo professor (textos de diversos gêneros);
- h) Relato de acontecimentos do contexto diário;
- i) Exposição de idéias e opiniões.

METODOLOGIA:

- a) Atividades em grupo para relatar e ouvir fatos, idéias;
- b) Atividades sistemáticas de fala, escrita e reflexão sobre a língua através de relato de fatos cotidianos, leitura pelo professor e/ou aluno de textos diversos: propaganda, histórias, slogans e outros;
- c) Interpretação de fitas de vídeo;
- d) Leitura, montagem, cópia e escrita do próprio nome e endereço, utilizando alfabeto móvel, faixas com o nome, recorte e colagem de letras, cópia e escrita;
- e) Levantamento dos assuntos de interesse para retirada das palavras do cotidiano;

- f) Escrita em faixas para leitura das palavras, montagem com alfabeto móvel, recorte e colagem, cópia e escrita das mesmas no quadro, cartaz, folhas, jogos e outros com e sem intermediação do professor;
- g) Escrita através de levantamento de hipóteses pelo aluno com a intervenção pedagógica para a construção da escrita convencional de palavras, frases e pequenos textos;
- h) Cópia, leitura e interpretação de textos;
- i) Produção e reestruturação de pequenos textos com intermediação do professor.

RECURSOS:

- Carteira de identidade ou registro de nascimento;
- Conta de luz e/ou água;
- Rótulos e caixas de produtos;
- Revistas e jornais (slogans, propagandas e outros)
- Passeios pela comunidade;
- Ida a mercados, cinemas e teatros;
- Assistir filmes;
- Uso do alfabeto móvel, jogos de formação de palavras e frases;
- Livros de história e didáticos;
- Utilização do ônibus coletivo;
- Cadernos, lápis, borracha, cartolina e outros.

AVALIAÇÃO:

A avaliação será diagnóstica, cumulativa e sistemática, observando-se:

- a narração de histórias e relatos de acontecimentos com coerência,

com e sem ajuda;

- compreensão de textos lidos em voz alta pelo aluno e/ou outra pessoa;
- leitura independente de palavras e pequenos textos;
- escrita alfabética, demonstrando preocupação com a escrita ortográfica das palavras, a segmentação do texto em palavras e em frases com a convenção ortográfica com coerência, com e sem ajuda.

Observação:

Qualitativamente será elaborado parecer semestral sobre cada aluno.

Pensamento Lógico Matemático

OBJETIVOS GERAIS:

- Construir o significado do número natural e fracionário a partir de seus diferentes usos no contexto social, explorando situações-problema, que envolvam contagens, medidas (tempo/massa) e códigos numéricos;
- Interpretar e produzir escritas numéricas, utilizando-se da linguagem oral, registros formais e da linguagem matemática;
- Desenvolver procedimentos de cálculo, operações básicas com auxílio da calculadora;
- Perceber semelhanças e diferenças entre objetos no espaço.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Reconhecer números até 100 no contexto diário;
- Ler, escrever, comparar e ordenar números;
- Contar em escalas ascendentes e descendentes de 1 em 1, 2 em 2, 5 em 5 e 10 em 10;

- Utilizar calculadora;
- Utilizar sinais convencionais nas operações (+ - x : =), para cálculos;
- Analisar, interpretar, resolver situações-problema, em especial de adição e subtração;
- Identificar unidades de tempo: dia, semana, mês, ano com utilização de calendário;
- Leitura de horas, relógios digitais e de ponteiros;
- Reconhecer cálculos e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores;
- Identificar unidade de massa: quilo e $\frac{1}{2}$ quilo e instrumento de medida (balança);
- Localizar pessoas ou objetos no espaço com base em diferentes pontos de referência e algumas indicações de posição.

METODOLOGIA:

- a) Relato da história dos números;
- b) Recorte de números em revistas e jornais, fazendo a representação e leitura da quantidade;
- c) Elaboração de listas com números de linhas de ônibus da cidade, números de telefones úteis, números de placas de carros, solicitação da leitura dos mesmos e cópia da lista;
- d) Elaboração de fichas individuais dos alunos, onde eles irão anotar os números referentes a si próprio, tais como: idade, data de nascimento, número do calçado, peso, altura, número de irmãos, número de amigos e outros;

- e) Trabalhar diariamente o calendário e o relógio com registro da data e horas;
- f) Ida ao mercado para compras que envolvam peso, utilização de moeda nacional e simulação em sala de aula;
- g) Utilização do meio de transporte convencional para se localizar e utilizar a moeda nacional;
- h) Utilização de calculadora para resolver situações-problema;
- i) Passeio pela comunidade para observação dos números das casas, endereços para posterior registro;
- j) Ordenar e contar materiais diversos de 5 em 5 e 10 em 10 (valor posicional);
- k) Participação em jogos com intuito de desenvolver o raciocínio, conviver e respeitar os colegas através das regras;
- l) Utilização de problemas para criar as próprias hipóteses e estratégias de resolução.

CONTEÚDOS:

- a) Números até 100;
- b) Operações: adição, subtração, multiplicação e divisão, com uso da calculadora;
- c) Unidade de tempo: dia, semana, mês e ano;
- d) Unidade de massa: quilo e $\frac{1}{2}$ quilo;
- e) Horas: inteira e meia hora;
- f) Cédulas e moedas que circulam no Brasil, situações-problema.

RÉCURSOS:

- Calculadora;
- Relógio, calendário, balança;
- Xerox de cédulas e moedas;
- Material dourado;
- Dominó de números e quantidades, jogos de números e sinais convencionais;
- Palitos;
- Sucata (simulação de mercado);
- Caderno, lápis, régua, quadro de giz.

AVALIAÇÃO:

A avaliação será diagnóstica, cumulativa e sistemática, observando quando o aluno é capaz de:

- Ler e escrever números, utilizando conhecimento sobre a escrita posicional;
- Reconhecer as quantidades solicitadas;
- Utilizar corretamente: balança, relógio, calendário e calculadora;
- Resolver situações-problema usadas em seu cotidiano, que envolvam contagens e medidas e os significados das operações.

Observação:

Qualitativamente será elaborado um parecer semestral de cada aluno.

Movimento e Expressão

OBJETIVOS GERAIS:

- Expressar e saber comunicar-se mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, imaginação, emoção,

sensibilidade e reflexão;

- Observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, indagando e argumentando de modo sensível;
- Buscar e saber organizar informações em espaços da escola e fora dela, acervos públicos com e sem auxílio do professor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Criar através da pintura, colagem, desenhos, recorte e modelagem;
- Construir formas em espaços diversos com materiais diversos;
- Considerar os elementos básicos na construção de imagens (relação entre pontos, linhas, cor, textura, forma, movimento e equilíbrio);
- Incentivar a pesquisa de materiais
- Compreender a estrutura e o funcionamento do corpo;
- Reconhecer os diversos tecidos que constituem o corpo humano (pele, músculo e ossos) e suas funções (proteção, movimento e estrutura);
- Experimentação das diversas formas de locomoção, deslocamento e orientação no espaço (caminhos, direções e planos);
- Selecionar e organizar movimentos, imitando, recriando e valorizando as diversas partes e funções do corpo humano;
- Perceber e identificar os cinco sentidos e seus órgãos responsáveis;
- Desenvolver atitudes de autoconfiança e autonomia nas tomadas de decisões em relação às produções pessoais e/ou grupais.

CONTEÚDOS:

- a) Linhas e cores;

- b) Movimento (desenho, colagem e outros);
- c) Ritmo, movimentos (do corpo), dança;
- d) Expressão corporal;
- e) Exploração dos ritmos e sons corporais e externos;
- f) Sons (altura e ritmo), sons ambientais e naturais, canções;
- g) Percepção, imaginação e sensibilidade.

Observação: enfatizar os cinco sentidos, o corpo, coordenação motora fina e ampla.

METODOLOGIA:

- a) Contato, reconhecimento e análise de formas visuais presentes na natureza;
- b) Observações;
- c) Discussões de imagens, informações orais e produções;
- d) Reconhecimento e exploração do espaço em duplas e/ou grupos, criando movimentos (leve/pesado, rápido/lento, direto/sinuoso, alto/baixo).
- e) Brincadeiras, jogos, danças;
- f) Recorte e colagem;
- g) Utilização de fontes de informação e comunicação artística, presentes na cultura (museus, exposições, oficinas, teatro)
- h) Elaboração de registros das experiências em grupo com auxílio do professor.

RECURSOS:

- Pincéis, tintas, lápis, tesoura, cola, materiais sonoros, papéis diversos;

- Espaços culturais, vídeos e fitas, gravador e fitas cassete.

AValiação:

A avaliação será diagnóstica, cumulativa e sistemática. A análise dos trabalhos e atividades produzidas pelos alunos serão realizadas junto com os mesmos. Espera-se que o aluno adquira progressivamente, competências (habilidades), coordenação motora, sensibilidade, autoconfiança, autonomia e cognição.

Observação:

Qualitativamente será elaborado um parecer semestral de cada aluno.

Conhecimento de Mundo

OBJETIVOS GERAIS:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si mesmo o respeito;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e a saúde coletiva;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do ambiente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender os elementos da natureza como um todo dinâmico,

sendo o ser humano parte integrante e agente transformador do mundo em que vive;

- Perceber a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem;
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempo, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões sócio-ambientais locais;
- Valorizar o patrimônio sócio-cultural e respeitar a sócio-diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia;
- Reconhecer, no seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância de modo a deslocar-se com autonomia e representar os lugares onde vivem e se relacionam;
- Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interação construtiva e justa;
- Adotar hábitos de autocuidado, respeitando as possibilidades e limites do próprio corpo;
- Conhecer formas de acesso aos recursos da comunidade e as possibilidades de utilização dos serviços voltados para a promoção e recuperação da saúde;
- Utilizar sanitário de forma adequada, lavar as mãos antes das refeições e depois de usar o banheiro, limpeza de cabelos, unhas, tomar banho

diariamente e escolher roupas e calçados apropriados;

- Observar e identificar características individuais do corpo humano e os comportamentos nas diversas fases da vida do homem e da mulher, entendendo a noção de ciclo vital;
- Reconhecer diferentes profissões, divisão de trabalho e atitudes em geral.

CONTEÚDOS:

- a) Solo, água, luz, ar e calor;
- b) Ciclos da vida;
- c) Família
- d) Diferentes profissões e suas funções e benefícios à comunidade;
- e) Ecologia;
- f) Lixo e reciclagem;
- g) Atividades e serviços disponíveis na comunidade e formas de participação individual e coletiva para promoção, proteção e recuperação da saúde (postos de saúde, hospitais, programas de prevenção às drogas);
- h) Exame de saúde periódico como forma de prevenção à saúde;
- i) Primeiros socorros, sinais e sintomas de doenças transmissíveis;
- j) Higiene dos alimentos, finalidade da alimentação, alimentos disponíveis na comunidade e seu valor nutricional;
- k) Noções gerais de higiene corporal e doenças associadas à falta de higiene;
- l) Atitudes de proteção, respeito, responsabilidade as pessoas com

deficiência.

METODOLOGIA:

Levantamento de problemas através de discussão em grupo para estabelecer soluções;

- a) Organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadro, recorte e colagem;
- b) Visitas a parques, hospitais, postos de saúde e posteriores relatos orais e registro coletivo;
- c) Buscar informações em grupo através de pesquisas, visitas e jornais, na comunidade, com membros da família, fotos, televisão;
- d) Fazer recortes e selecionar aspectos considerados mais relevantes, montagem de painéis, tendo em vista os problemas locais e/ou contemporâneos e registros das soluções levantadas em grupo;
- e) Assistir filmes, palestras com membros da comunidade;
- f) Construção de maquetes para posterior comparação, constatando a existência de rotinas: natureza, trabalho, vida das pessoas...

AValiação:

A avaliação será diagnóstica, cumulativa e sistemática. Será observado quando os alunos adquirem atitudes de solidariedade, cooperação, conservação da natureza, ambiente, saúde, família, trabalho transformando em prática de vida diária e permanente. Compreenderem que as transformações da natureza são constantes e permitem a recomposição dos elementos necessários à vida, sendo que a ação humana pode acelerar, interromper ou preservar a renovação dos recursos.

Observação:

Qualitativamente será elaborado um parecer semestral de cada aluno.

02) ÁREA DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

OBJETIVO GERAL:

- Esta área propõe a diversificação de ocupações para que o aluno tenha o máximo possível de oportunidades para exercitar suas habilidades e adquirir autonomia para escolher seu trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar as várias profissões que os alunos podem executar;
- Expor as rotinas de trabalho das várias profissões escolhidas, como: jardinagem, hotelaria, panificação, digitação, telefonia, atendimento a mercados e comércio em geral, auxiliar de escritório, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de produção, office-boy, copeiro de hotel e restaurante, garçom, lavanderia, distribuidor de panfletos, feirante, floricultor, lavador e/ou polidor de veículos, montador, repositor, balconista, vigilante, dentre outros que o mercado de trabalho possa vir a absorver;
- Desenvolver dinâmicas para delinear o comportamento conforme a realidade exigida pela empresa;
- Possibilitar atividades de independência: andar de ônibus, trabalhar com dinheiro, ler e escrever (quando for possível), utilizar o telefone, dentre outras necessárias às profissões escolhidas.

CONTEÚDO:

- a) Legislação;

- b) Documentação necessária para trabalhar em uma empresa;
- c) Rotina das profissões;
- d) Digitação;
- e) Atendimento de telefone;
- f) Textos apresentando as profissões;
- g) Etiqueta e higiene;
- h) Comportamento;
- i) Convivência e responsabilidade;
- j) Trabalho em equipe.

ENCAMINHAMENTO DO CONTEÚDO:

- Aulas expositivas sobre legislação e direitos trabalhistas;
- Preparação da documentação;
- Vídeos sobre as atividades profissionais;
- Aulas práticas das atividades profissionais;
- Leitura e discussão de textos sobre profissões;
- Noções de comportamento profissional;
- Dinâmicas para adquirir posturas profissionais;
- Dinâmicas de relaxamento;
- Atividades em grupo, representando a atividade profissional.

METODOLOGIA:

- a) Aulas expositivas e teóricas;
- b) Aulas teóricas;
- c) Exibição de filmes e slides;
- d) Discussão sobre as profissões e dúvidas mais freqüentes dos alunos;

- e) Visita a empresas nas quais há possibilidade de inclusão do aluno;
- f) Visita a órgãos públicos nos quais se fazem a documentação profissional
- g) necessária;
- h) Organização de dinâmicas representando a profissão escolhida;
- i) Apresentação de teatro sobre a vivência do aluno enquanto trabalhador
- j) na empresa;
- k) Execução da rotina de trabalho;
- l) Palestras de profissionais.

RECURSOS:

- Televisão, vídeo e aparelho de som;
- Oficina relativa à atividade profissional;
- Exemplares de formulários de carteira de trabalho, CPF e RG, além dos próprios documentos;
- Jornais e revistas;
- Telefone;
- Computador;
- Lápis, caderno, borracha e caneta;
- Textos sobre as profissões;
- Fotos de empresas e pessoas trabalhando;
- Palestrantes de várias profissões e funcionários de empresas.

AValiação:

A avaliação será diagnóstica, cumulativa e sistemática. A avaliação principal deve ser através da participação do aluno nas aulas; desta forma, ele

adquire conhecimentos e experiência para ingressar no mercado de trabalho, na profissão que ele escolher. Além disso, será avaliado o desempenho do aluno na atividade profissional escolhida, pois somente ele sendo um bom executor das funções, poderá ser colocado no mercado de trabalho.

Observação: qualitativamente será elaborado um parecer semestral de cada aluno.

3.5 O Caso Observado na Escola de Educação Especial

Menino Jesus

1) Identificação Pessoal

Nome: S. S.F.

Data de Nascimento: 30/11/1983

Diagnóstico: Deficiência Mental.

Idade: 17 anos

Sexo: Masculino

Composição Familiar - Pai: M. F; 47 anos; pedreiro.

- Mãe: B. D. S; 41 anos; do lar.

2) Anamnese

Inicialmente a mãe juntamente com S.S.F. procurou a escola em questão, sendo então realizada a anamnese. Tal anamnese foi aplicada pela Psicóloga da instituição, onde foram colhidas as informações iniciais de S.S.F.

3) Início na Escola

S.S.F. iniciou na Escola Menino Jesus em 01/07/1998. O trabalho com S.S.F. começou pela Oficina de Marcenaria, após ser avaliado quanto aos seus interesses e habilidades, bem como se preenchia os pré-requisitos necessários para freqüentar tal oficina. O aluno apresentou habilidades nas atividades desenvolvidas nesta oficina e também foi sendo trabalhado em questões como comportamento, assiduidade, respeito, responsabilidade, noções de perigo e cuidados com os materiais utilizados. A Terapia Ocupacional paralelamente trabalhou assuntos da atualidade, objetivando que o aluno obtenha conhecimentos atuais, se socialize e possa vir a ter um bom relacionamento quando integrar o mercado de trabalho. Além da Oficina de Marcenaria, S.S.F. também participou das demais oficinas que compõem o programa da escola, objetivando maior preparo e diversidade de habilidades desenvolvidas. Os conteúdos pedagógicos a todo o momento foram trabalhados como foi descrito anteriormente seu conteúdo.

4) Documentação

S.S.F. foi orientado e encaminhado pela Assistente Social para fazer sua carteira de identidade e carteira de trabalho nos órgãos competentes, em 06/11/2000. As informações a respeito de tal documentação foram trabalhadas também nas oficinas para que o aluno consiga perceber a importância e relevância desse assunto.

5) Mercado de trabalho competitivo

Em 20/06/2001, a Escola Menino Jesus, através de seus vários convênios com empresas conseguiu um treinamento na Empresa S.F. O aluno foi orientado sobre o horário que deveria comparecer no local, como se

locomover até a empresa e qual o comportamento que deveria assumir.

Em 21/06/2001, a Assistente Social juntamente com S.S.F. dirigiram-se até a empresa S.F., sendo que o aluno já ficou no local realizando o treinamento para a função, com duração de uma semana.

Após o período de treinamento, foi contatada a Empresa S.F., recebendo a informação que S.S.F. havia sido aprovado no treinamento e que deveria ficar aguardando a vaga, já que no momento não havia nenhuma disponível.

Enquanto o aluno aguardava a vaga na Empresa S.F., continuou a freqüentar as oficinas da Escola Menino Jesus. Durante este tempo a Assistente Social continuou a procurar outras oportunidades de emprego.

Em 06/08/2001, a Assistente Social realizou visita em outro local, desta vez na Empresa S.E., onde foi feito o Cadastro do Empregador sendo solicitado uma pessoa para ocupar uma vaga na empresa, com habilidades em montagem de caixas de madeira, colagem, lixamento e acabamento das mesmas.

Em 07/08/2001, o dia seguinte, S.S.F. foi informado sobre a nova colocação no mercado de trabalho, sendo também explicado ao aluno que onde havia sido realizado o outro treinamento não havia previsão de vagas e por apresentar as habilidades necessárias para essa nova colocação estava sendo novamente encaminhado. S.S.F. compreendeu a explicação e aceitou a nova proposta. Foi orientado sobre o horário e a locomoção até a empresa em questão. Foi realizado contato com a mãe de S.S.F., sendo-lhe explicado tudo sobre a nova colocação.

S.S.F. foi informado sobre vários detalhes desde o horário até o salário que iria receber, dentre outros; a Assistente Social e S.S.F. encaminharam-se até a Empresa S.E. sendo que o aluno já ficou na função pretendida neste mesmo dia.

No dia 08/08/2001 feito contato com S.S.F., relatou que estava gostando muito do emprego.

Em 06/09/2001 em contato realizado com a Empresa S.E. a chefia relatou que estavam bastante satisfeitos com o desempenho de S.S.F. e que está apresentando uma boa produtividade. A Assistente Social colocou-se a disposição da empresa para que entre em contato com a escola caso surja algum problema.

Em 13/09/2001, foi realizada nova visita a Empresa S.E., onde a chefia repassou que S.S.F. vem desempenhando com eficiência suas tarefas, é pontual, responsável, relaciona-se bem com os colegas. Quanto a S.S.F., relatou que gosta muito de seu trabalho, de sua chefia e de seus colegas.

O último contato estabelecido foi na data de 16/10/2001, sendo realizada nova visita na Empresa S.E., e a chefia fez elogios a S.S.F., relatando que estão muito satisfeitos com seu desempenho.

Os acompanhamentos daqui em diante serão realizados mensalmente na Empresa S.E., sempre contatando a chefia e S.S.F.

4 DISCUSSÃO

O estudo realizado aponta para vários aspectos abordados na revisão da bibliografia, onde se pôde observar na prática, que a preparação do portador de deficiência mental é de suma importância e que leva a resultados muito positivos para os profissionais envolvidos, a sociedade, o mercado de trabalho, a família e principalmente para o indivíduo em questão – o portador de deficiência mental. Quando a escola especial apresenta um programa sério e adequado às necessidades de sua clientela quanto à preparação para o mercado de trabalho, como é o caso da escola estudada, observa-se à preocupação com a qualidade da formação do indivíduo, abordando desde um conteúdo pedagógico específico, pesquisa de mercado atualizada até a colocação e supervisão do aluno inserido no trabalho.

O atendimento às necessidades da pessoa portadora de deficiência nas instituições vem crescendo a cada ano, sendo que se percebe que as próprias pessoas portadoras de deficiência, como resposta ao atendimento recebido, começam a solicitar seu lugar no mundo do trabalho competitivo. O trabalho é o momento que vai finalizar o atendimento ao portador de deficiência e que vai permitir a sua participação na sociedade; o atendimento clínico ou pedagógico não terá realmente alcançado seu objetivo se a pessoa portadora de deficiência continuar excluída da sociedade sem a possibilidade de participar ativamente como um sujeito produtivo. Segundo Tomazini (1996), a parcela de contribuição para a exclusão acontece exatamente no momento em que, através dos diagnósticos, coloca-se etiquetas no indivíduo, denomina-o cliente,

e insere-o numa instituição especial.

Pensar em trabalho para os portadores de deficiência não significa criar oficinas segregadas ou treiná-los para uma ocupação qualquer. Significa possibilitar aos portadores de deficiência o desenvolvimento de uma atividade laborativa de qualidade, como resultado de um programa eficiente de preparação para o trabalho e conseqüente colocação no mercado de trabalho; é esta preparação que se pôde observar na escola escolhida para este trabalho.

As Escolas Especiais que têm seu trabalho voltado para os portadores de Deficiência Mental devem proporcionar ao aluno condições de vida as mais próximas possíveis das que usufruem as crianças e jovens da mesma idade, no mesmo meio social e cultural. Para que isto ocorra é necessário que essa educação atenda às necessidades específicas de cada aluno, através da igualdade de oportunidades educacionais, oferecendo-lhe meios de desenvolver, dentro de seu ritmo de aprendizagem, tanto quanto possível, o máximo de suas potencialidades. O objetivo final destas escolas especiais deve se concentrar atualmente na colocação de seus alunos, aqueles que apresentam condições, no mercado de trabalho competitivo. A Declaração de Salamanca diz que os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva. As escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e prover-lhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta.

A preparação do portador de deficiência mental demanda tempo, investimento pessoal e financeiro, dedicação da família e de todos os profissionais envolvidos e visa oferecer ao aluno, condições de independência pessoal, social e para o trabalho. Para que isto ocorra é preciso que esteja inserido em um programa eficaz que possibilite ao aluno possibilidades de se tornar um indivíduo participante e produtivo, quer no mercado de trabalho competitivo, quer em oficinas protegidas, como garantia de um retorno financeiro para todo o investimento realizado.

A escola especial referenciada no presente estudo apresenta um programa totalmente voltado para a profissionalização do portador de deficiência mental, abordando o indivíduo como um todo. Trabalha este indivíduo em seu aspecto acadêmico, proporcionando conceitos básicos e conhecimentos gerais necessários para que possa desenvolver-se como um todo em suas habilidades. Também oferece oportunidades de variadas oficinas nas quais é possível desenvolver habilidades em atividades que comporão seu universo profissional, já que os profissionais não devem perder de vista o objetivo da inserção no mercado de trabalho.

É importante que as oficinas apresentem aos alunos situações similares à de uma empresa, tanto no aspecto físico como no funcional, para que o treinamento seja compatível com as condições reais de trabalho oferecidas nas empresas (BATISTA et al, 1997).

Ainda no programa da escola, a mesma preocupa-se em discutir com os alunos temas atualizados que estão sendo discutidos no dia-a-dia, proporcionando ao aluno facilidade na integração ao meio em que vive e ao

meio em que estará exposto na sociedade.

Considera-se que, se os ensinamentos oferecidos ao aluno não partirem de suas experiências, não tiverem um significado para ela, não estabelecerem vínculos com o social e a vida prática, terão sido automatizados e não aprendidos. Para isto, é importante que a educação do portador de deficiência mental se realize de forma plena e com objetivos bem definidos com a devida sistematização e sequenciação, e que nesses objetivos esteja implícita uma proposta de orientação profissional integrada a todo processo.

A preparação para o trabalho tem como questão primordial à formação de hábitos e atitudes necessários ao exercício de uma atividade de trabalho. O programa deve utilizar procedimentos que facilitem ao aluno a absorção de conceitos de conduta social necessária ao seu ajustamento posterior, no mercado de trabalho competitivo. Uma pessoa portadora de deficiência pode ser mais ou menos independente em decorrência não só da quantidade e qualidade de informações que lhe estiverem disponíveis para tomar a melhor decisão, mas também da sua autodeterminação e/ou prontidão para tomar decisões frente à determinada situação. Tanto a autodeterminação como a prontidão para tomar decisões podem ser aprendidas e/ou desenvolvidas. A escola oportuniza situações deste tipo durante sua preparação, prevendo que quanto mais cedo a pessoa tiver tais oportunidades, melhor. Não se pode esperar que a independência da pessoa portadora de deficiência ocorra de repente, somente na hora que for trabalhar (SASSAKI, 1997).

Considera-se que o mais importante para o portador de necessidades especiais, quando este consegue uma colocação no mercado de trabalho, é o

ganho que apresenta em sua vida, conforme as próprias escolas verificam após o início do desempenho da atividade profissional. Para o portador de deficiência, o trabalho acaba lhe dando maior auto-estima, adquire uma postura mais adulta e madura e desenvolve o sentido de responsabilidade (Jornal Gazeta do Povo, 2000).

Dentro da preparação do portador de deficiência mental para o trabalho, além de detectar e desenvolver habilidades e hábitos e atitudes é necessário que se faça um trabalho de preparação deste indivíduo para a vida adulta. Tal preparação deve ser feita desde a família, passando pela sociedade e o próprio mercado de trabalho que irá acolher este indivíduo. Existe um grande número de pessoas que acreditam firmemente que o deficiente mental é totalmente incapaz de manter ou mesmo ingressar em um emprego. É preciso acreditar que o deficiente tem condições de tomar decisões por si mesmo, quando foi preparado para ter tal atitude; o Estado deve reconhecer o princípio de que pessoas com deficiência devem estar capacitadas a exercer os seus direitos humanos especialmente no campo do emprego. Essas pessoas devem ter as mesmas oportunidades para o emprego produtivo e remunerado no mercado de trabalho, sendo necessário que para isto, cada vez mais as escolas estejam estruturadas para preparar os portadores de deficiência mental para o mercado competitivo.

A preparação para o trabalho deve ter como objetivo principal propiciar educação de qualidade de modo a preparar para a vida em sociedade e para o mercado competitivo, além de estar em constante atualização das oportunidades de emprego e do que a realidade atual está necessitando.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Destacando-se que o objetivo deste estudo foi de refletir e verificar sobre as condições de preparação do portador de deficiência mental para o mercado de trabalho competitivo pode-se ponderar que hoje a prática de tal preparação se beneficia das vantagens da filosofia da inclusão, bem como da legislação vigente para portadores de deficiência. O processo de transição escola/mercado de trabalho, se constitui basicamente de programas desenvolvidos nas escolas especiais, com o objetivo de proporcionar aos alunos portadores de deficiência, todas as oportunidades possíveis para a aquisição de conhecimentos, informações e habilidades básicas referentes ao mundo do trabalho.

O portador de necessidades especiais, especificamente o deficiente mental leve, é alguém que possui condições de desenvolver habilidades sociais, de comunicação, hábitos e atitudes de trabalho, características estas essenciais ao pleno desenvolvimento de questões relacionadas ao trabalho, podendo viver com êxito na sociedade. De todas as barreiras que enfrentam as pessoas portadoras de deficiência, a mais difícil de ser eliminada é a barreira invisível do preconceito e do desconhecimento de suas necessidades; tais barreiras provocam conceitos errôneos, discriminação, preconceito, rejeição e superproteção. Em muitos momentos o deficiente mental adulto deseja sair da situação de protecionismo e almeja ser um sujeito com responsabilidades, mostrar o que sabe fazer sem que ninguém tenha que lhe pedir. Só quer ter oportunidade para demonstrar isso. A possibilidade de atuar no mercado de

trabalho faz com que as pessoas com necessidades especiais se integrem à sociedade.

Em nossa cultura, o 'atingir a idade adulta' significa que o indivíduo é capaz de se manter, de assumir responsabilidades sociais e legais, e de partir para uma vida independente dos pais. Para o homem, o trabalho sempre representou uma necessidade básica de sobrevivência, porque é somente trabalhando que melhor desenvolve suas aptidões, quer seja ela física, intelectual ou moral. O exercício de uma atividade produtiva e que resulte em bem concreto é significativo na vida do homem não apenas pelo retorno financeiro, mas por possibilitar-lhe uma independência social e pessoal; a energia aplicada em determinada função proporciona ao indivíduo uma gratificação pessoal pelo prazer de realizar algo a partir de suas possibilidades. O trabalho tem a propriedade de impulsionar as pessoas a buscarem uma igualdade incontestável, auto valorizando-se e com plena aceitação de suas limitações.

Uma sociedade que seleciona seus membros pela produtividade tem o dever de preparar os que apresentam dificuldades, fazendo-se necessário a criação de mecanismos para tal. Na preparação do portador de deficiência mental, elege-se alguns fatores primordiais: compatibilizar o perfil do aluno ao cargo a ser exercido; preparação do indivíduo por uma equipe multiprofissional, abrangendo-o como um ser bio-psico-social; diversidade de programas com atividades práticas a serem oferecidas na escola, para que desenvolva o maior número de habilidades possível visando a demanda do mercado de trabalho; pesquisa das atividades profissionais que o mercado está exigindo;

desenvolvimento de hábitos e atitudes de trabalho. Um programa de capacitação para o trabalho deve conter desde o conteúdo acadêmico até informações sobre higiene, saúde, prevenção de acidentes, informações de caráter profissional e ajustamento social.

No programa de preparação para o trabalho do portador de deficiência mental analisado neste estudo, foi possível verificar a diversidade de atividades direcionadas ao desenvolvimento de habilidades dos alunos, as quais objetivam a busca da independência, integração social e capacitação para o trabalho. As oficinas que fazem parte do programa proporcionam situações de vivência que permitem desenvolver condições de atuação no mercado de trabalho, preparando também o aluno nos aspectos acadêmicos. Pelo caso apresentado como exemplo, conclui-se que a preparação do portador de deficiência constitui um princípio essencial que toda escola especial deve oferecer, pois os resultados obtidos correspondem à demanda social e do mercado de trabalho; ainda existem inúmeros obstáculos na aceitação do portador de deficiência, mas só com programas de capacitação como o apresentado neste estudo pode-se cada vez mais, comprovar a eficiência que estes alunos são capazes de demonstrar.

Como recomendação para futuros estudos, sugere-se que sejam verificadas outras escolas onde haja programas de capacitação do portador de deficiência mental, bem como uma pesquisa no mercado de trabalho a respeito da eficiência de tais programas. A participação de empregadores se faz essencial para que os programas de capacitação estejam sempre atualizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRATO – **Associação Brasileira de Terapia Ocupacional**. <http://www.Abrato.hpg.com.br/Definicoes.htm>. Consulta em 05/04/2002.
- AJURIAGUERRA, J. de. **Manual de psicologia infantil**. Porto Alegre: Masson, 1986.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença: deficiência**. Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: 1994.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- APPACDM – **Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental**. <http://www.efacec.pt/appacdm/a.htm>. Consulta em 05/04/2002.
- ARANHA, M.L.A. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1994.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- ASSUMPÇÃO, F. B. **Psiquiatria da infância e da adolescência**. São Paulo: Santos, 1994.
- ATHELSTAN, G. T. **Tratado de medicina física e reabilitação**. São Paulo: Manole, 1984.
- BATISTA, C. et al. **Educação profissional e colocação no trabalho: uma nova proposta de trabalho junto à pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 1997.
- BATISTA, D. **DSM IV – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRASIL. **A educação no contexto da Lei e Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1997.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL – CORDE. **ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. Normas internacionais do trabalho sobre a reabilitação profissional e**

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEMOS, E.R. **Educação de excepcionais: evolução histórica e desenvolvimento no Brasil**. Tese de livre docência. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1981.

MACDONALD, E.M. **Terapia Ocupacional em reabilitação**. São Paulo: Santos, 1998.

MAS, R. G. **Adiestramiento y maduración mental**. Barcelona, Espanha: Editorial Científico Médica, 1988.

MASI, D. de. **O futuro do trabalho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**: Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência**: coletânea, 1999.

MONTIAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa mundial de ação relativo às pessoas com deficiência**. Nova York: Nações Unidas, 1983, parágrafo 132.

NILSSON, I. **Introdução à educação especial**. São Paulo: Memnon. 2001.

PARANÁ. **Coletânea da legislação referente aos direitos da pessoa portadora de deficiência**. Curitiba: Procuradoria Geral da Justiça, 1997.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTR, 2000.

PIRES, L.; RIO, R. P. do. **Ergonomia: fundamentos da prática ergonômica**. Belo Horizonte: Health, 1999.

RAE – **Revista de Administração de Empresas/EASP/FGV**. São Paulo, Brasil, 1995.

RIBAS, J.B.C. **Viva a diferença!** 4ed. São Paulo: Moderna, 1995.

RIBEIRO, M. C. C.M. **Habilitação da pessoa com deficiência mental para o trabalho**. Anais do XVII Congresso Nacional das APAEs. Brasília: Venâncio IV, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de

Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS. 1997.

SIMS, A. **Sintomas da mente: introdução a psicopatologia descritiva.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVEIRA, T. V. da. **Etiologia e prevenção da excepcionalidade.** Curitiba: Instituto de Educação do Paraná, 2000.

SPACKMAN, W. **Terapia Ocupacional.** 9ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.

SPEYER, A.M. **Educação para o trabalho.** São Paulo: Loyola, 1983.

TELFORD, C. W.; SAWREY, J. N. **O indivíduo excepcional.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

THE TEXAS Planning Council for Developmental Disabilities. **Mensagem aos empregados sobre o emprego apoiado.** Tradução por Romeu Kazumi Sasaki, São Paulo, 1994. Folheto.

TOMASINI, M. E. A. **Trabalho e deficiência: uma questão a ser pensada.** Palestra ministrada no II Seminário Paranaense de Educação Especial [Tema: Educação e Cidadania], realizado em Curitiba, em 5-8 de novembro de 1996. Apostila.